



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA

AQUISIÇÃO COM RECURSOS DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 974873/2025 - SENAPPEN/MJSP



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026 - SRP				
PROCESSO SEI Nº 19.26.110001194.0000002/2025-81				
OBJETO				
Aquisição de 2 (dois) veículos, tipo caminhonete, para o Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais e Familiares - NAVeF do Ministério Público do Estado de Roraima.				
DESPESA ESTIMADA				
R\$ 517.360,00 (quinhentos e dezessete mil, trezentos e sessenta reais)				
UASG 926196				
MODALIDADE	REGISTRO DE PREÇOS	ADESÃO	DATA DA ABERTURA	HORÁRIO E LOCAL
Pregão Eletrônico	Sim	Não	11/6/2026	10h (horário de Brasília) 9h (horário local) www.gov.br/compras
MODO DE DISPUTA	CRITÉRIO DE JULGAMENTO	FORMA DE ADJUDICAÇÃO	REGIME DE EXECUÇÃO	INTERVALO MÍNIMO ENTRE OS LANCES
Aberto e Fechado	Menor Preço	Item	-	R\$ 100,00
PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA READEQUADA	PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS/ IMPUGNAÇÕES	EXCLUSIVA ME/EPP	VISTORIA	INSTRUMENTO CONTRATUAL
2 (duas) horas após a convocação do anexo pelo(a) Pregoeiro(a)	Até 23h59 (horário local) de 8/6/2026 pelo email pregao@mpr.ror.br	Não	Não	Contrato



Documento assinado eletronicamente por **ANA PAULA VERAS DE PAULA, Chefe de Divisão**, em 27/05/2026, às 09:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpr.ror.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1140192** e o código CRC **124EFC49**.



**MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DE RORAIMA**

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026 - SRP

A **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA / MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA MPRR**, por meio do(a) Pregoeiro(a) designado pela Portaria nº 0647999 - PGJ, publicada no DE/MPRR nº 221, de 24 de março de 2023, leva ao conhecimento dos interessados que, na forma da Lei nº 14.133/2021, Instrução Normativa nº 73/2022 SEGES/ME, Decreto Federal nº 11.462/2023 e Decreto Estadual nº 37.424-E/2025 realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, forma **ELETRÔNICA**, com julgamento por **ITEM**, tipo **MENOR PREÇO**, modo de disputa **ABERTO E FECHADO**, para **REGISTRO DE PREÇOS** do objeto descrito no Termo de Referência, conforme condições e especificações constantes nas cláusulas abaixo e Anexos, os quais fazem parte integrante do presente Edital.

1. DA SESSÃO PÚBLICA

Dia: 11 de junho de 2026

Horário: 10h (horário de Brasília/DF) - 9h (horário local)

Endereço Eletrônico: <https://www.gov.br/compras>

Código UASG: 926196

Processo Administrativo SEI nº 19.26.110001194.0000002/2025-81

2. DO OBJETO

2.1. Formação de Registro de Preços para eventual e futura **aquisição de 2 (dois) veículos, tipo caminhonete**, para o Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais e Familiares - NAVeF do Ministério Público do Estado de Roraima, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo ao presente Edital.

2.2. O critério de julgamento das propostas será o **MENOR PREÇO** para o **ITEM**.

2.3. Em razão dos descritivos do Sistema Compras (também reproduzidos no documento “Relação de Itens”) não possuírem o mesmo nível de detalhamento do objeto do certame, as **propostas deverão atender às especificações técnicas dispostas no descritivo constante no Termo de Referência, Anexo a este Edital.**

3. DA DESPESA ESTIMADA

3.1. A despesa estimada para a eventual contratação é de **R\$ 517.360,00 (quinhentos e dezessete mil, trezentos e sessenta reais)**, apurada a partir da média dos valores pesquisados para o objeto. As cotações estão disponíveis para consulta mediante solicitação pelo *email* pregao@mpr.mp.br.

4. DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. As regras referentes ao órgão gerenciador e participante(s), bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

5. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

5.1. Poderão participar deste **Pregão** os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, consistente no sistema que realiza o [cadastro](#) gratuito de fornecedores possibilitando a interação junto à Administração Pública para participação em licitações públicas e formalização de contratos, conforme Instrução Normativa nº 3/2018 do Ministério da Economia.

5.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

- 5.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 5.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 5.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 5.5. Para fins de consulta, o fornecedor poderá acessar também o aplicativo **Compras.gov.br** disponível na loja virtual compatível com seu smartphone ou tablet (*Google Play* ou *Apple Store*).
- 5.6. O MPRR não atua como unidade de cadastramento do SICAF.
- 5.7. Não poderão participar deste Pregão:
- 5.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 5.7.2. empresa estrangeira;
- 5.7.3. empresa declarada inidônea, suspensa de participar em licitações ou impedida de contratar com o MPRR;
- 5.7.4. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 5.7.5. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- a) O impedimento de que trata o item acima será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 5.7.6. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 5.7.7. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 5.7.8. empresa com existência de débitos inadimplidos registrados no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas da Justiça do Trabalho, mediante consulta ao sítio www.tst.jus.br/certidao1;
- 5.7.9. empresa com existência de registro no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça, mediante consulta ao sítio https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;
- 5.7.10. empresa com existência de registro no sistema CGU-PAD (no caso de servidores e empregados públicos federais do Poder Executivo Federal), CGU-PJ (Sistema de Gestão de Processos Administrativos de Responsabilização de Entes Privados), CEIS (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas), CNEP (Cadastro Nacional de Empresas Punidas) e CEPIM (Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas), mantidos pela Controladoria-Geral da União, mediante consulta ao sítio <https://certidoes.cgu.gov.br/>;
- 5.7.11. empresa com existência de registro no Sistema de Inabilitados e Inidôneos mantido pelo Tribunal de Contas da União, mediante consulta ao sítio <https://portal.tcu.gov.br/certidoes/>;
- 5.7.12. empresa, cujo objeto social não seja pertinente e/ou compatível com o objeto deste Pregão. A Classificação Nacional de Atividades Econômicas/CNAE, caso necessário, poderá ser consultada no sítio https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp;
- 5.7.13. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 5.7.14. empresas das quais tenham em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos Membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de Servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação deste MPRR, conforme dispõe o art. 3º da Resolução nº 37, de 28 de abril de 2009, alterada pela Resolução nº 172/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP e Declaração nos termos e modelo constante em Anexo a este Edital, devendo-se observar, ainda, que:
- a) A vedação prevista no item acima não se aplica às hipóteses nas quais a contratação seja realizada por ramo do Ministério Público diverso daquele ao qual pertence o Membro ou Servidor

gerador da incompatibilidade.

b) A vedação constante no item acima se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os Membros e Servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização.

c) A contratação de empresa pertencente a parente de Membro ou Servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo órgão do Ministério Público competente, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório.

5.7.15. Como requisito para participação neste Pregão, o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste edital.

5.7.16. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e à proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

6. DAS OBRIGAÇÕES DO LICITANTE

6.1. O particular interessado em participar da presente licitação se obriga a:

6.1.1. Responsabilizar-se pela proposta, declarações, documentos e demais informações cadastradas ou anexadas ao Sistema Compras, bem como pelos registros realizados no chat durante o processamento e julgamento do certame;

6.1.2. Realizar as declarações eletrônicas exigidas no cadastro da proposta no Sistema Compras, sem qualquer falseamento da verdade;

6.1.3. Remeter, no prazo estabelecido, EXCLUSIVAMENTE VIA SISTEMA, os documentos de habilitação, a proposta comercial e, quando necessário, os documentos complementares solicitados no presente Edital e seus anexos;

6.1.4. Manter-se logado (*online*) ao Compras, acompanhando os trabalhos de processamento do certame durante toda a Sessão Pública Eletrônica, atendendo tempestivamente aos chamados do(a) Pregoeiro(a) via chat;

6.1.5. Prestar as informações e/ou encaminhar os documentos complementares eventualmente solicitados pelo(a) Pregoeiro(a) durante a Sessão, observando as condições e prazos fixados neste Edital e seus anexos, ou as determinações do responsável pela licitação;

6.1.6. Cumprir integralmente a proposta comercial cadastrada ou o lance final registrado no Compras;

6.1.7. Manter-se em situação regular em relação às condições de participação e de habilitação até a data da assinatura do contrato, caso seja vencedor;

6.1.8. Não fazer declaração falsa ou não apresentar documento falso;

6.1.9. Não cometer fraude fiscal;

6.1.10. Não formar conluio ou combinar proposta com outros concorrente(s);

6.1.11. Não fraudar ou frustrar a concorrência com utilização de mecanismos eletrônicos de registro de propostas, lances e/ou documentos;

6.1.12. Não indicar, para fins de garantia do anonimato da fase competitiva, qualquer tipo de caractere especial identificador da empresa no cadastro da proposta eletrônica no Compras;

6.1.13. Manter atualizadas todas as informações da empresa no SICAF que possam facilitar a comunicação, particularmente telefones e *e-mail*;

6.1.14. Cadastrar-se no Sistema Processual SEI para fins de assinatura dos documentos decorrentes da licitação, caso seja vencedor do certame;

6.1.15. Não praticar qualquer ato lesivo à Administração Pública contido no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

7. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

8.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço para o ITEM, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

8.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

8.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

8.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

8.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

8.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, até a abertura da sessão pública.

8.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

8.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

8.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

8.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

9. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

9.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante preenchimento do ITEM **no sistema eletrônico Compras.gov**, dos seguintes campos:

9.1.1. valor unitário e total do item;

9.1.2. quantidade cotada;

9.1.3. marca e modelo.

9.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

9.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

9.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

9.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar dos regime de tributação pelo Simples Nacional, observado o disposto no §1º do art. 17 da Lei Complementar nº 123/2006.

9.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

9.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

9.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

9.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:

9.9.1. assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#);

9.9.2. ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao Erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

9.10. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

10.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

10.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

10.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

10.6. Para o preço proposto, não será admitido lances para o ITEM com:

10.6.1. valor igual a zero (0,00), ensejando a desclassificação/recusa da proposta;

10.6.2. 4 (quatro) casas decimais, devendo o licitante realizar o ajuste do lance para 2 (duas) casas decimais, podendo optar pelo truncamento do valor (Exemplo: de R\$ 1,2345 para R\$ 1,23) ou arredondamento para menor (exemplo: de R\$ 1,2345 para R\$ 1,2300), na fase de negociação exclusivamente no sistema.

10.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

10.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.9. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais).

10.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

10.11. Para envio de lances no presente certame, o modo de disputa adotado será o **ABERTO E FECHADO**. Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

10.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

10.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

10.11.3. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

- 10.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 10.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 10.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 10.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 10.16. No caso de desconexão do(a) Pregoeiro(a) no decorrer da etapa de lances e caso o sistema eletrônico permaneça acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 10.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 30 (trinta) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 10.18. No caso de desconexão, cada licitante deverá de imediato, sob sua inteira responsabilidade, providenciar sua conexão ao sistema.
- 10.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 10.19.1. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 10.19.2. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 10.19.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 10.20. Em caso de empate de lances e, ocorrendo o esgotamento dos critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, ocorrerá o sorteio automático na forma da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12/9/2024.
- 10.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 10.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 10.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 10.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 10.21.4. O(a) Pregoeiro(a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 10.21.5. É facultado ao(à) Pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 10.22. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, ou qualquer outro motivo.
- 10.23. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 10.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar

condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

11. DA FASE DE JULGAMENTO

11.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e Declaração de Regularidade anexa a este Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

11.1.1. SICAF;

11.1.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União, mediante acesso ao sítio <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>, o qual compreenderá as seguintes verificações:

- a) Sistema de Inabilitados e Inidôneos mantido pelo Tribunal de Contas da União;
- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;
- c) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e Cadastro Nacional de Empresas Punidas, ambos mantidos pelo Portal da Transparência / Controladoria-Geral da União.

11.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

11.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) Pregoeiro(a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#)).

11.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

11.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

11.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

11.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o(a) Pregoeiro(a) verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com a legislação pertinente.

11.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

11.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

11.6.1. Contiver vícios insanáveis;

11.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência, Anexo ao Edital;

11.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

11.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração em sede diligência;

11.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

11.6.6. Não informar a marca/modelo do objeto ofertado, se for o caso;

11.7. **É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, aplicado ao preço unitário do item da proposta, conforme art. 33 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 e Acórdão nº 2190/2024-TCU Plenário, qual seja, menor que R\$ 129.340,00 (cento e vinte e nove mil, trezentos e quarenta reais).**

11.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item acima, só será considerada após diligência do(a) Pregoeiro(a), que comprove:

- a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.8. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

11.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

11.10. O licitante vencedor deverá comprovar, se for o caso, que se enquadra no regime especial de tributação, a chamada desoneração de folha de pagamento, em especial quanto a cotação de contribuição previdenciária da ordem de 4,5%, nos termos da Lei nº 12.546/2011.

11.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação:

11.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

11.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

11.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante da área especializada no objeto.

12. DA FASE DE HABILITAÇÃO

12.1. Os documentos previstos neste Edital serão necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de executar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.2. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar, quando do cadastramento da proposta no sistema eletrônico, toda a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da Lei Complementar nº 123/2006.

12.3. A Habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

12.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser apresentados exclusivamente por meio do sistema.

12.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#) e [art. 18, §2º, da IN 73/2022](#)).

12.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

12.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas.

12.8. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

12.9. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

12.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

12.11. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

12.12. A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.13. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados exclusivamente por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual

período, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a).

12.14. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem deste Edital, somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

12.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

12.15.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

12.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

12.16. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo inicial para envio da Proposta.

12.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

12.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

12.20. No tocante à **regularidade fiscal perante as Fazendas Públicas Estadual, Distrital e Municipal**, será verificada da empresa com a melhor proposta aceita a:

12.20.1. Sua regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, mediante consulta ao sítio <https://www.gov.br/compras>;

12.20.2. Sua regularidade na Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União, mediante acesso ao sítio <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>, o qual compreenderá as seguintes verificações:

a) Sistema de Inabilitados e Inidôneos mantido pelo Tribunal de Contas da União;

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;

c) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e Cadastro Nacional de Empresas Punidas, ambos mantidos pelo Portal da Transparência / Controladoria-Geral da União.

12.20.3. O licitante cadastrado no SICAF deverá contar com habilitação válida no referido sistema nos seguintes níveis de validação: Credenciamento; Habilitação Jurídica; Regularidade Fiscal Federal; Regularidade Fiscal Estadual/Municipal ou apresentar os documentos que supram tal habilitação, caso estejam vencidos.

12.21. Relativa à **Habilitação Jurídica**, o licitante deverá apresentar:

12.21.1. Registro Comercial, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, no caso de empresa individual; ou

12.21.2. Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>; ou

12.21.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; ou

12.21.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; ou

12.21.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#); e

12.21.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

12.22. Relativa à **Habilitação Técnico - Operacional** deverá ser apresentado pelo licitante:

12.22.1. Possuir 1 (um) ou mais **Atestado(s) ou Declaração(ões) de Capacidade Técnica**, em nome do licitante, que comprove o fornecimento de objeto com complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao desta contratação, emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

a) O atestado apresentado poderá ser objeto de diligência a critério do CONTRATANTE, para a verificação da autenticidade do conteúdo. Se encontrada divergência entre o especificado no atestado de capacidade e o apurado em eventual diligência, além da desclassificação no presente processo licitatório, fica sujeita a licitante às penalidades cabíveis;

b) A Administração se resguarda no direito de diligenciar junto à pessoa jurídica emitente do Atestado/Declaração de Capacidade Técnica, visando obter informação sobre o objeto fornecido, bem como cópias dos respectivos contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado.

c) O(s) atestado(s) de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

d) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

12.23. Para a comprovação da **Habilitação Econômico-Financeira**, deverá apresentar:

12.23.1. Certidão Negativa de feitos sobre Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, ou comprovação, por certificação do juízo falimentar competente, de que a licitante possui plano de recuperação judicial deferido e homologado judicialmente, nos termos do art. 58 da Lei 11.101/2005, estando apta econômica e financeiramente a suportar o cumprimento do contrato;

12.23.2. Comprovação de que possui patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor da contratação, mediante apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, quando qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), informados pelo SICAF, for igual ou inferior a 1.

12.23.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei 14.133/2023.

12.24. O licitante deverá, ainda, encaminhar a seguinte **Declaração Complementar**:

12.25. **Declaração de Regularidade, conforme dispõe o art. 3º da Resolução CNMP nº 37/2009**, informando que a empresa não tem como sócio, gerente ou diretor, membro ou servidor ocupante de cargo de direção do Ministério Público do Estado de Roraima, bem como, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, **conforme modelo constante em Anexo ao Edital.**

13. **DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

13.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

13.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo;

13.2.2. e a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

13.3. A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no SEI - Sistema Eletrônico de Informações.

13.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro do(s) **ITEM(NS) e/ou GRUPO(S)** constante(s) no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição, as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

13.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

13.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a

aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

13.7. Na hipótese de o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

13.8. Em caso de prorrogação da Ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado, independentemente da existência de saldo em relação aos itens que a compõe, conforme §§1º e 2º do art. 23 do Decreto Estadual nº 37.424-E, de 19/3/2025, desde que:

13.8.1. seja comprovada a manutenção do preço vantajoso;

13.8.2. haja previsão expressa no ato convocatório e na Ata de Registro de Preços; e

13.8.3. a prorrogação da Ata de Registro de Preços seja celebrada por termo aditivo dentro do prazo de sua vigência.

14. **DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA**

14.1. Ao final da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a), via chat, solicitará manifestação dos licitantes classificados após os vencedores que quiserem formar cadastro reserva da(a) Ata(s) de Registro de Preços resultantes do certame.

14.1.1. A manifestação a que se refere o item acima poderá ser imediata, via chat, ou em até 48 (quarenta e oito) horas úteis, via *e-mail*, para o endereço pregao@mpr.mp.br, onde deverá ser indicado o(s) item(ns) que irá compor este cadastro;

14.1.2. A manifestação será analisada pelo(a) Pregoeiro(a) com o intuito de conferir se o licitante está classificado para o(s) item(ns) e se o valor ofertado segue os parâmetros do Decreto nº 11.462/23.

14.2. Após a homologação da licitação, será incluído na Ata, na forma de anexo, o registro:

14.2.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

14.2.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

14.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

14.3.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

14.3.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

14.4. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

14.4.1. quando o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

14.4.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

14.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

14.5.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

14.5.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

15. **DO RECURSO ADMINISTRATIVO**

15.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O Recurso Administrativo poderá atacar qualquer ato decisório ou procedimento adotado pelo(a) Pregoeiro(a) durante todo o certame, não sendo meio adequado para impugnar regras do edital e seus anexos.

15.3. A recorrente terá o **prazo de 3 (três) dias úteis** para apresentar as razões do recurso, por meio de registro no sistema, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

15.4. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

15.4.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

15.4.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos;

15.4.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

15.4.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

15.5. Decorridos os prazos de apresentação de razões e contrarrazões, **o(a) Pregoeiro(a) deverá analisar** detidamente os fatos e fundamentos arguidos pelo(s) recorrente(s), podendo:

15.5.1. reconsiderar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, reformando-a e exercendo seu JUÍZO DE RETRATAÇÃO ou;

15.5.2. MANTER inalterada a decisão recorrida.

15.6. Em qualquer das situações contidas no subitem anterior, o processo deverá ser submetido, depois de devidamente instruído pelo(a) Pregoeiro(a), à análise hierárquica superior para fins de **decisão final**, podendo o Procurador-Geral de Justiça, no prazo de até 10 (dez) dias úteis:

15.6.1. decidir de pronto o mérito do recurso, segundo os documentos e informações contidas nos autos, como também os fundamentos da decisão do(a) Pregoeiro(a);

15.6.2. determinar prévia emissão de parecer da área técnica interessada e/ou jurídico para fins de decisão.

15.7. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

15.8. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.9. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

15.10. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.12. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.13. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados por meio do endereço eletrônico pregao@mpr.mp.br.

16. DA REABERTURA DA SESSÃO

16.1. A Sessão Pública poderá ser reaberta, em prazo não inferior a 24 (vinte e quatro) horas, em relação ao(s) Item(ns)/Grupo(s) do objeto que apresente os seguintes eventos, observada sempre a ordem classificatória da fase de lances:

16.1.1. Julgamento favorável em sede de recurso administrativo que leve à anulação/revogação de atos da fase preparatória ou da própria Sessão Pública, situação em que serão repetidos os atos anulados/revogados e os que dele dependam;

16.1.2. Constatado erro/impropriedade na aceitação e julgamento da proposta, ou no julgamento da habilitação, o certame restará retroagido aos procedimentos imediatamente anteriores ao instante do erro/impropriedade declarada;

16.1.3. Licitante declarado vencedor que não assinar o instrumento contratual, não havendo Cadastro de Reserva, sendo o certame retomado da fase de aceitação e julgamento das propostas;

16.1.4. ME/EPP/COOPERATIVA com restrição da habilitação fiscal e trabalhista que, vencedora do certame, não comprove tal regularidade no prazo fixado neste Edital, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, sendo reiniciados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances;

16.1.5. Licitante vencedor que não mantiver as condições de participação e de habilitação até o momento da assinatura do instrumento contratual, sendo reiniciados os procedimentos de aceitação e julgamento das propostas.

16.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a Sessão reaberta, sendo devidamente registrados no Sistema Compras a data e hora de tal reabertura, observados os seguintes meios:

16.3. A convocação se dará por meio do sistema Compras ("chat" ou evento de reabertura) ou *email*, de acordo com a fase do procedimento licitatório;

16.4. A convocação feita por *e-mail* dar-se-á de acordo com os dados cadastrais contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante mantê-los atualizados; e,

16.5. A Sessão Pública reaberta será composta de todos os procedimentos e regras de processamento fixadas neste Edital, a depender apenas da fase em que os trabalhos serão retomados.

17. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

17.0.1. O objeto será ADJUDICADO e HOMOLOGADO ao licitante que apresentar o **MENOR PREÇO** e cumprir todos os requisitos de habilitação.

17.0.2. A adjudicação e a homologação da licitação, conforme o art. 44 da IN nº 73/2022, é de responsabilidade da Autoridade Competente, encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

18. DAS PENALIDADES RELATIVAS À LICITAÇÃO

18.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o LICITANTE que:

18.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) Pregoeiro(a) durante o certame;

18.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- d) deixar de apresentar amostra, se for o caso; ou
- e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

18.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

18.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o Contrato ou a Ata de Registro de Preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

18.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

18.1.6. fraudar a licitação;

18.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- b) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

18.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

18.1.9. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

18.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

18.2.1. Advertência;

18.2.2. Multa;

18.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

18.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

- 18.3. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao MPRR ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- 18.4. Todas as sanções previstas neste Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- 18.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- 18.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo MPRR à LICITANTE, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- 18.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;
- 18.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
- 18.9. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):
- 18.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 18.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 18.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 18.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante;
- 18.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 18.10. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#));
- 18.11. A personalidade jurídica da LICITANTE poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos em Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- 18.12. A LICITANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- 18.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#);
- 18.14. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à LICITANTE, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 18.15. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 18.16. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 18.17. A penalidade Declaração de Inidoneidade é de competência exclusiva da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Roraima, e será processada em procedimento apartado, assegurando ao interessado o contraditório e ampla defesa.
- 18.18. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da autoridade competente, devidamente justificado.
- 18.19. A(s) multa(s) deverá(o) ser recolhida(s) no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da(s) comunicação (ões) enviada (s) pela Administração deste Órgão Ministerial.

18.20. As sanções previstas neste Edital são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

19. **DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO**

19.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

19.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

19.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, preferencialmente pelo endereço eletrônico pregao@mprrr.mp.br.

19.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

19.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) Pregoeiro(a) nos autos do processo de licitação, conforme o § 2º do artigo 16 da IN SEGES nº 73, de 2022.

19.6. O(a) Pregoeiro(a), auxiliado(a) pelo setor responsável pela elaboração do Edital, responderá aos Pedidos de Esclarecimentos e decidirá sobre a Impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contados do recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

19.7. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame (observados os prazos fixados no art. 17, IN SEGES/ME 73/2022).

19.8. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas em campo próprio do sistema eletrônico, para conhecimento dos licitantes interessados e da sociedade em geral, cabendo aos interessados em participar do certame acessá-lo para a obtenção das informações prestadas.

20. **DAS OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA**

20.1. O licitante, cujo objeto lhe for ADJUDICADO, ficará obrigado a:

20.1.1. Executar o objeto, observados os prazos previstos no Termo de Referência e as demais condições estipuladas neste Edital, na Proposta Readequada e Nota de Empenho.

20.1.2. Retirar no Órgão Ministerial ou acusar recebimento da Nota de Empenho, encaminhada pelo MPRR via endereço eletrônico fornecido na Proposta readequada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação.

20.2. Os prazos acima poderão ser prorrogados uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração do MPRR.

21. **DA ANTICORRUPÇÃO**

21.1. A prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da Administração Pública, ou que de qualquer forma venham a constituir fraude ou corrupção, durante a licitação ou ao longo da execução do contrato, será objeto de instauração de processo administrativo de responsabilização nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no artigo 156 da Lei nº 14.133/2021.

21.2. Para a execução do objeto licitação, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto da contratação, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

22. **DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS**

22.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

22.2. A Procuradoria-Geral de Justiça/Ministério Público do Estado de Roraima providenciará a publicação resumida do resultado do certame em decorrência desta licitação no Diário Eletrônico do Ministério Público de

Roraima, e, a íntegra deste Edital e de seus anexos estão disponíveis no no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no prazo estipulado no art. 94, I, da Lei nº 14.133/2021.

22.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

22.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.7. É facultado ao(à) Pregoeiro(a) ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que dela deveria constar, na forma deste edital.

22.8. A Procuradoria-Geral de Justiça / Ministério Público do Estado de Roraima poderá rescindir de pleno direito o contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, desde que motivado o ato e assegurados ao licitante vencedor o contraditório e a ampla defesa quando:

22.8.1. Vier a ser atingido por protesto de título, execução fiscal ou outros fatos que comprometam a sua capacidade econômico-financeira;

22.8.2. For envolvido em escândalo público e notório;

22.8.3. Quebrar o sigilo profissional;

22.8.4. Na hipótese de ser anulada a adjudicação em virtude de qualquer dispositivo legal que a autorize.

22.9. A licitação poderá ser anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, bem como, revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito devidamente fundamentado. A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, sem prejuízo do disposto no art. 149 da Lei nº 14.133/21.

22.10. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

22.11. Havendo indícios de conluio entre os licitantes ou de qualquer outro ato de má-fé, a Procuradoria-Geral de Justiça / Ministério Público do Estado de Roraima comunicará os fatos verificados às Instituições competentes, para as providências devidas.

22.12. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Procuradoria-Geral de Justiça/Ministério Público do Estado de Roraima não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.13. Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.14. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

22.15. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Procuradoria-Geral de Justiça/Ministério Público do Estado de Roraima.

22.16. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública deste pregão, na forma eletrônica, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.17. As normas que disciplinam este pregão, na forma eletrônica, serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança da futura contratação.

22.18. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23. DOS ANEXOS

23.1. Este edital será fornecido exclusiva e gratuitamente na internet, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio <https://www.gov.br/compras> com os seguintes anexos:

- 23.1.1. Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
 - 23.1.2. Anexo II – Termo de Referência;
 - a) Anexo - Especificações Técnicas dos Veículos.
 - 23.1.3. Anexo III – Modelo de Proposta Readequada;
 - 23.1.4. Anexo IV – Minuta da Ata de Registro de Preços;
 - 23.1.5. Anexo V – Minuta do Contrato;
 - 23.1.6. Anexo VI – Declaração de Regularidade;
 - 23.1.7. Anexo VII – Informativo.
-



Documento assinado eletronicamente por **ANA PAULA VERAS DE PAULA, Chefe de Divisão**, em 27/05/2026, às 09:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpr.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1140196** e o código CRC **C13838B5**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
Seção de Compras, Contratos e Convênios
ANEXO I
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - MPRR

AQUISIÇÃO COM RECURSOS DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 974873/2025 - SENAPPEN/MJSP



**MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DE RORAIMA**



**GOVERNO DO
DO LADO DO POVO BRASILEIRO**

INTRODUÇÃO

Este Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade subsidiar a aquisição de 2 (dois) veículos, tipo caminhonete, para estruturação do Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais e Familiares - NAVeF no âmbito do Ministério Público do Estado de Roraima, com recursos do Termo de Convênio nº 974873/2025 - SENAPPEN/MJSP.

Neste contexto, o presente documento apresenta os estudos preliminares realizados pela Equipe de Planejamento da Contratação, mediante detalhada e precisa avaliação da viabilidade da aquisição.

1. DADOS DO PROCESSO

1.1. **Processo SEI nº:** 19.26.110001194.0000002/2025-81

1.2. **Setor Requisitante (Unidade/Setor/Depto):** Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais e Familiares - NAVeF.

1.3. **Objeto:** Aquisição de veículos, tipo caminhonete, para atender ao Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais e Familiares - NAVeF do Ministério Público do Estado de Roraima.

1.4. **Membros da Equipe de Planejamento:**

- Ana Paula Veras de Paula - Chefe de Divisão;
- Fernando Mendes Ferreira Leite - Chefe de Secretaria;
- Marcos Milton Rodrigues (SCCC) - Motorista;
- Rarison de Oliveira Freitas - Técnico do MPRR/Coordenador Administrativo do NAVeF;

2. NORMATIVOS QUE DISCIPLINAM A AQUISIÇÃO

2.1. Lei nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

2.2. Lei nº 9.503/1997 – Código Nacional de Trânsito;

2.3. Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor.

2.4. Lei Complementar nº 123/2006 - institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;

2.5. Decreto nº 34.223-E/2023, que dispõe sobre a aplicação de regulamentos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional do Estado de Roraima.

2.6. Resolução PGJ/MPRR nº 001/2018, que atualiza a Tabela de Duração Média dos Bens Patrimoniais, Equipamentos e Material Permanente no âmbito do Ministério Público Estadual e dá outras providências.

2.7. Resolução CONAMA nº 272, de 14/09/2000, que dispõe sobre os limites máximos de ruídos para veículos.

2.8. Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986, que dispõe sobre a criação do Programa de Controle de Poluição do Ar por veículos Automotores – PROCONVE.

2.9. Instrução Normativa SEGES nº 58/2022, que dispõe acerca da elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta.

2.10. Instrução Normativa SEGES nº 73/2022 que dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

2.11. Resolução nº 243/2021 do Conselho Nacional do Ministério Público - Dispõe sobre a Política Institucional de Proteção Integral e de Promoção de Direitos e Apoio às Vítimas.

3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. Em abril de 2025, o Ministério Público do Estado de Roraima apresentou a Proposta de Convênio nº 220/2025 (doc. 1048612) para fins de financiamento do Programa Recomeçar - Rede de Cuidado, Orientação e Apoio às Vítimas de Crime do Ministério da Justiça e Segurança Pública, com o objetivo de implementar e estruturar o Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes e Ato Infracionais e Familiares no MPRR.

3.2. A implementação do Programa Recomeçar engendra por compreender que a efetivação da Justiça também perpassa pela atenção às vítimas diretas e dos seus familiares, pela ressignificação da dor e dos traumas, através do atendimento humanizado ofertado por servidores qualificados que articularão ao longo do percurso o acolhimento necessário para que as vítimas tenham acesso aos atendimentos básicos e encaminhamentos junto a rede de saúde e socioassistencial.

3.3. Nesse aspecto, no âmbito do Ministério Público do Estado de Roraima, é necessário reconhecer a importância de instituir uma política institucional, com a adoção de medidas destinadas a assegurar a atuação ministerial voltada ao acolhimento das vítimas de violência e à supressão da revitimização no âmbito institucional.

3.4. Ato contínuo, com a aprovação da Proposta, foi celebrado Termo de Convênio nº 974873/2025 (doc. 1048615) com a Secretaria Nacional de Políticas Penais - SENAPPEN/MJSP, com repasse de valores destinados exclusivamente à estruturação física e de pessoal do NAVeF.

3.5. Os recursos financeiros para a execução do objeto do Convênio perfazem o valor total de R\$ 1.776.406,76 (um milhão, setecentos e setenta e seis mil, quatrocentos e seis reais e setenta e seis centavos), sendo:

- 3.5.1. R\$ 1.774.630,35 (um milhão, setecentos e setenta e quatro mil seiscentos e trinta reais e trinta e cinco centavos) para contratação de pessoal (Recursos Humanos) e aquisição de bens e equipamentos;
- 3.5.2. R\$ 1.776,41 (um mil, setecentos e setenta e seis mil e quarenta e um reais) relativos à contrapartida do Convenente.
- 3.6. Busca-se com a estruturação do NAVeF garantir o encaminhamento eficaz das vítimas aos órgãos da rede, de acordo com as suas competências, com o propósito de oferecer informações, orientações, proteção, assistência social, psicológica, jurídica e de saúde, bem como o ressarcimento, a participação, o acesso à justiça, a investigação da situação e a responsabilização dos autores do crime.
- 3.7. Nesse sentido, o presente documento busca assegurar a aquisição de 2 (dois) veículos, tipo caminhonete, com o objetivo de oferecer apoio às atividades finalísticas do Núcleo. Assim, a aquisição de frota própria é fundamental para a eficiência operacional, permitindo a execução direta de suas atividades e, principalmente, de forma independente à frota de veículos já pertencente ao MPRR. Isto porque a execução de atividades externas, transporte de equipes e eventual atendimento ao público externo propiciará maior controle, disponibilidade imediata e adequação às necessidades específicas do Núcleo.
- 3.8. Ressalte-se, ainda, que em razão da natureza das atividades e abrangência geográfica, em Roraima, o atendimento à vítimas frequentemente exige deslocamento por estradas não pavimentadas ou áreas rurais. Veículos do tipo caminhonete são indispensáveis para garantir que o serviço chegue a todas as comarcas e localidades, independentemente das condições climáticas (período de chuvas). Assim, o transporte de servidores e, eventualmente, de vítimas e seus familiares em diligências requer veículos robustos que ofereçam maior segurança passiva e ativa em rodovias e estradas vicinais.
- 3.9. Por fim, acerca do quantitativo, as 2 (duas) caminhonetes permitirão que o Núcleo mantenha a operação mesmo quando um veículo estiver em revisão, manutenção preventiva ou em diligência de longa duração no interior do estado e, ainda, propiciará o atendimento simultâneo de duas ocorrências ou frentes de trabalho distintas, a exemplo de uma na Capital e outra no Interior.

4. REFERÊNCIA A OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO

- 4.1. Conforme Termo de Adesão e Cooperação celebrado pelo Ministério Público do Estado de Roraima e a Comissão de Planejamento Estratégico (CPE) do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) foi realizada a adesão ao Mapa Estratégico do Planejamento Estratégico do CNMP (PEN-MP 2020-2029). Nesse sentido, o objeto do presente Estudo se adequa aos seguintes objetivos:
- 4.1.1. Objetivo 1.2. Aprimorar a efetividade da persecução cível e penal, assegurando, ainda, direitos e garantias a acusados e vítimas.
- 4.1.2. Objetivo 1.4. Garantir a transversalidade dos direitos fundamentais em toda atividade ministerial.
Programa. Fortalecimento dos sistemas de garantias dos direitos da criança e do adolescente.
Ação 16. Formação e acompanhamento de rede de defesa de direitos das crianças e adolescentes.
Ação 17. Articulação para implementação da escuta especializada e depoimento especial de crianças e adolescentes.
- 4.1.3. Objetivo 3.1. Assegurar a disponibilidade e a aplicação eficiente dos recursos orçamentários.
Programa. Fomento da captação de recursos externos para subsidiar as atividades institucionais de acordo com o planejamento estratégico do MP.
Ação 41. Especialização de equipe técnica para fomentar a captação de recursos.
- 4.1.4. Objetivo 3.3. Fortalecer os processos de comunicação e imagem institucional.
Programa. Fortalecimento da imagem institucional do MP.
Programa. Promoção do relacionamento do MP com a sociedade.

5. REQUISITOS GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. Os itens têm natureza de bens comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 5.2. A contratação será realizada modalidade licitatória Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 5.3. Ademais disso, o Termo de Convênio nº 974873/2025 (doc. 1048615) prevê em sua Cláusula Terceira - Das Obrigações Gerais, II - Do Convenente, alínea "p", que os procedimentos de compras e contratações que envolvam os recursos oriundos do presente Convênio sejam realizados em estrita observância à legislação vigente (Lei nº 14.133/2021), em especial assegurando a utilização do Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.
- 5.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21. No entanto, o contratado poderá ser responsabilizado por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.
- 5.5. Além desses requisitos específicos, a aquisição também deverá observar os requisitos gerais da contratação previstos na Lei 14.133/2021, tais como:
- 5.5.1. A contratação deve ser precedida de planejamento, que deverá considerar as necessidades da Administração, as alternativas disponíveis e o mercado, conforme as indicações deste Estudo Técnico Preliminar;
- 5.5.2. Estará computado em seu preço quaisquer custos de empenho do veículo a ser fornecido;
- 5.5.3. Contratar de acordo com as especificações e quantitativos em conformidade com as condições solicitadas pelo NAVeF e Equipe de Planejamento da Contratação, obrigando-se a substituir aquele(s) não achado(s) conforme(s) pela CONTRATANTE.
- 5.5.4. Pagar todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre o fornecimento do objeto, inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de trabalho etc., ficando excluída qualquer solidariedade da CONTRATANTE por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência da CONTRATADA, com referência às suas obrigações, não se transfere à CONTRATANTE;
- 5.5.5. Arcar com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos envolvidos na execução do contrato que não terão nenhum vínculo empregatício com a administração.
- 5.5.6. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar a este MPRR ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
- 5.5.7. Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO no fornecimento do objeto, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE;
- 5.5.8. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 5.5.9. Prestar o fornecimento dos itens adequados para não causar danos que venham a comprometer a qualidade do veículo;
- 5.5.10. Assumir inteira responsabilidade quanto à qualidade do fornecimento.
- 5.5.11. Comunicar, antecipadamente, a data e o horário da entrega, não sendo aceito os bens que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste ETP.
- 5.5.12. Cumprir outras obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8,078/90) que sejam compatíveis com o regime de direito público;
- 5.5.13. A empresa vencedora do certame deverá fornecer os veículos de acordo com as especificações e quantitativos em conformidade com as condições deste instrumento, obrigando-se a substituir aquele(s) que não corresponderem às exigências determinadas pela contratante.
- 5.5.14. No curso da execução do fornecimento, caberá ao CONTRATANTE, o direito de fiscalizar a fiel observância das disposições contratuais.
- 5.5.15. Todos os veículos serão entregues conforme solicitado e a critério do Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais e Familiares - NAVeF.
- 5.5.16. A Contratada deverá informar o nome da(s) empresa(s), ou da própria licitante, ou da(s) sua(s) representante(s) ou credenciada(s), que prestará(ão) os serviços de assistência técnica aos veículos, durante o período de garantia, contendo os seguintes dados: a razão social. CNPJ, endereço completo, número do telefone, se houver, e o nome da pessoa responsável para contato.

5.6. REQUISITOS LEGAIS

5.6.1. Todos os veículos deverão ser entregues com a documentação obrigatória regularizada junto aos órgãos competentes, prontos para uso, e com garantia mínima legal exigida para veículos novos.

5.7. PRAZO DE ENTREGA

5.7.1. Os veículos deverão ser entregues no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, conforme definido no Termo de Referência. A entrega deverá ocorrer nas dependências do Ministério Público do Estado de Roraima, situada na Avenida Santos Dumont, 710, São Pedro, em Boa Vista - RR.

5.8. SUBCONTRATAÇÃO

5.8.1. Nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021, a Contratada poderá subcontratar o serviço de transporte logístico dos veículos (frete/caminhão cegonha) até o local de entrega da Contratante.

5.8.2. A subcontratação não exime a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais, permanecendo esta como única responsável perante a Administração pela qualidade do bem, prazos de entrega e eventuais danos ocorridos durante o transporte.

5.8.3. Caso opte pela subcontratação, a Contratada deverá apresentar à fiscalização do Contrato, antes do início do deslocamento dos veículos, os seguintes documentos da eventual subcontratada transportadora (art. 122, §1º da Lei nº 14.133/2021 e art. 13 da Lei nº 11.442/2007):

- a) Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga - RNTRC expedido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT válido e em categoria compatível;
- b) Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário de Carga (RCTR-C) vigente, acompanhada do respectivo comprovante de averbação da carga;
- c) Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil por Desaparecimento de Carga (RC-DC) vigente.

5.9. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

5.9.1. O prazo de garantia dos bens, complementar à garantia legal deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.9.2. Para manter a garantia do fabricante as revisões dos veículos devem ser realizadas em dia com sua concessionária, conforme manual de revisão dos veículos. Não obstante, os manuais de utilização dos veículos devem estar em língua portuguesa do Brasil. Aplicando-se no que couber, as disposições do Código de Defesa do Consumidor - Lei nº 8,078/1990.

5.9.3. A empresa CONTRATADA deverá substituir o veículo, caso, no período de 90 (noventa) dias, contados a partir do recebimento definitivo, apresente defeitos sistemáticos de fabricação, ou por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios devidamente comprovados pela frequência de manutenções corretivas realizadas em concessionárias do fabricante, no período máximo de 30 (trinta) dias corridos, a partir da comunicação oficial feita pela Administração, sem qualquer custo adicional para o MPRR.

5.9.4. O prazo para substituição será contado a partir da última manutenção corretiva realizada pela concessionária, dentro do período supracitado.

5.9.5. Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará a CONTRATADA incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas no Termo de Referência e Contrato.

5.10. DA FORMA E CONDIÇÃO DE FORNECIMENTO

5.10.1. A entrega dos veículos deverá ser realizada no endereço indicado pelo Ministério Público do Estado de Roraima, prontos para uso, com todos os itens e acessórios exigidos em funcionamento, bem como acompanhados da seguinte documentação:

- a) Nota fiscal emitida em nome da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Roraima;
- b) Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV), em nome do MPRR, devidamente registrado no DETRAN/RR;
- c) Comprovante de emplacamento e instalação de placas no padrão vigente;
- d) Certificados de garantia do fabricante;
- e) Manual do proprietário e chave reserva;
- f) Laudo de inspeção veicular, quando exigido pela legislação aplicável.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

6.1. Conforme delineado no art. 18, §1º, da Lei nº 14.133/2021, quando do levantamento de mercado, para fins de identificação das possíveis soluções existentes, a equipe de planejamento deve evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, realizando uma análise comparativa entre as soluções disponíveis com objetivo de identificar a solução que apresenta maior vantagem econômica, ganhos de eficiência administrativa, continuidade sustentável social e ambiental.

6.2. Analisando o mercado, foram constatadas as seguintes alternativas para a contratação:

SOLUÇÃO	CARACTERÍSTICAS	VANTAGENS	DESVANTAGENS	VIABILIDADE
Locação de veículos	Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de caminhonetes pelo prazo de execução do Termo de Convênio nº 974873/2025 - SENAPPEN/MJSP, definido em 24 (vinte e quatro) meses, admitida a prorrogação, conforme Cláusula Quinta - Da Vigência, do aludido instrumento	- disponibilidade imediata dos veículos em caso de sinistro ou quebra, evitando interrupção do serviço; - manutenção preventiva e corretivas inclusas; - simplificação administrativa, consistente na redução da gestão de processos manutenção, combustíveis, pneus, seguros, higienização, dentre outros; - renovação periódica da frota; - previsibilidade orçamentária, visto que o custo fixo mensal ou anual facilita o planejamento financeiro do órgão.	- custo mensal contínuo elevado a curto prazo, em virtude da taxa de administração da locadora; - eventual limitação de quilometragem, caso previsto em contrato; - eventuais exigências rigorosas na devolução dos veículos pela locadora, podendo ocasionar cobrando extras por danos além dos desgaste natural; - eventual dependência e vulnerabilidade em relação à saúde financeira e à qualidade do serviço prestado pela locadora; - impossibilidade de doação a órgãos públicos, entidades filantrópicas ou organização sem fins lucrativos.	Inviável

SOLUÇÃO	CARACTERÍSTICAS	VANTAGENS	DESVANTAGENS	VIABILIDADE
Adesão à Ata de Registro de Preços	Adesão à Ata de Registro de Preços vigente, desde que atenda às especificações e quantidades pretendidas pela Administração, com recursos do Termo de Convênio nº 974873/2025 - SENAPPEN/MJSP	<ul style="list-style-type: none"> - celeridade e eficiência administrativa na contratação, mediante a redução de etapas internas e externas do processo e, conseqüentemente, atenuação de custos operacionais; - aproveitamento da economia de escala, caso a Ata objeto da Adesão disponha de quantidades maiores do que as 2 (duas) unidades que eventualmente seriam licitadas pela Administração. 	<ul style="list-style-type: none"> - rigidez do objeto conforme as especificações técnicas já licitadas pelo órgão Gestor da Ata, não permitindo adaptações técnicas; - dependência da anuência do fornecedor, que pode ocorrer após as etapas de planejamento, ocasionando frustração à contratação; - limitação dos quantitativos, em razão do Decreto Federal nº 11.462/2023 e Decreto Estadual nº 37.424-E/2025 que estabelece a possibilidade de Adesão em até 50% do quantitativo dos itens para cada órgão carona; - eventuais vícios da licitação de origem podem repercutir no Contrato firmado com o MPRR. 	Inviável
Aquisição de veículos	Contratação de empresa para aquisição de veículos que comporão frota própria do MPRR, com recursos do Termo de Convênio nº 974873/2025 - SENAPPEN/MJSP	<ul style="list-style-type: none"> - a aquisição possibilitará uma maior precisão quanto às especificações técnicas dos veículos, propiciando ao MPRR a oportunidade de adequar quaisquer demandas que eventualmente surgirem no curso da contratação; - maior controle de todas as etapas que envolvem a licitação, tais como planejamento, divulgação do edital, seleção do fornecedor, execução do contrato, dentre outros; - os veículos passarão a compor o patrimônio permanente do MPRR; - inexistência de limitações quanto à quilometragem ou eventuais restrições contratuais quanto à customização do veículo; - a longo prazo pode representar um maior investimento e aproveitamento dos recursos públicos, quando comparado com a locação, visto que não há pagamento da taxa de administração da locadora; - ao final da vida útil do veículo o MPRR poderá realizar a alienação mediante leilão com retorno dos valores aos cofres públicos; - ao final da vida útil do veículo o MPRR poderá realizar a doação a órgãos públicos, entidades filantrópicas ou organização sem fins lucrativos, especialmente com o intuito de fortalecer parcerias. 	<ul style="list-style-type: none"> - o órgão público absorve integralmente a perda de valor de mercado do veículos, em virtude da depreciação; - custos diretos com seguros, manutenção preventiva e corretiva, combustível, pneus, higienização, dentre outros são suportados exclusivamente pela Instituição; - gestão de múltiplos processos de seguros, manutenção preventiva e corretiva, combustível, pneus, higienização, dentre outros; 	Viável

6.3. Após análise comparativa, conclui-se que a aquisição de veículos que comporão a frota própria do MPRR, com recursos do Termo de Convênio nº 974873/2025 - SENAPPEN/MJSP, apresenta o melhor custo-benefício, considerando as justificativas elencadas na tabela acima.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1. Contratação de empresa para fornecimento de 2 (dois) veículos tipo caminhonete, para estruturação do Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais e Familiares - NAVEF no âmbito do Ministério Público do Estado de Roraima, com recursos do Termo de Convênio nº 974873/2025 - SENAPPEN/MJSP.

7.2. Os veículos deverão ser novos, zero quilômetro, ano e modelo mínimo 2026/2026, tipo caminhonete (*pick-up*) cabine dupla, tração 4x4 reduzida, motor diesel turboalimentado, completo de fábrica, com transmissão automática, cor branca sólida e demais características técnicas constantes no Anexo - Especificações Técnicas (1125270).

7.3. O fornecimento contemplará entrega única dos veículos, nas quantidades delimitadas neste instrumento, no Edifício-Sede do Ministério Público do Estado de Roraima, situada na Avenida Santos Dumont, 710, São Pedro, em Boa Vista - RR.

7.4. As caminhonetes deverão ser entregues emplacadas, conforme padrão vigente; com Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV), em nome do MPRR, devidamente registrado no DETRAN/RR; Manual do proprietário e chave reserva; Certificados de garantia do fabricante e; Laudo de inspeção veicular, quando exigido pela legislação aplicável.

8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

8.1. Conforme Anexo I - Memória de Cálculo do Projeto Básico do Convênio, Objetivo 2 - Aquisição de Bens e Equipamentos (doc. 1048614):

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UND	QTD
1	623694	Veículo novo, zero quilômetro, ano e modelo mínimo 2026/2026, tipo caminhonete (<i>pick-up</i>) cabine dupla, tração 4x4 reduzida, motor diesel turboalimentado, completo de fábrica, cor branca sólida e demais especificações constantes no Anexo - Especificações Técnicas (1125270).	und	2

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. Para solução da demanda apresentada, o **custos preliminares** indicam o somatório de **R\$ 517.360,00 (quinhentos e dezessete mil, trezentos e sessenta reais)**, conforme Pesquisa de Preços 1125327.

9.2. O parâmetro utilizado para compor a Pesquisa de Preços considerou **exclusivamente** contratações similares realizadas pela Administração Pública, concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa, conforme permissivo legal disposto no art. 5º, II, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021 e Relatório de Cotação 1126189.

10. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

10.1. Entende-se pelo **NÃO** parcelamento do objeto, porquanto o parágrafo 3º do art. 40 da Lei 14.133/21 delinea que:

§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.

10.2. Ademais disso, a solução foi definida como ITEM ÚNICO, uma vez que o objeto da contratação, ainda que em 2 (duas) quantidades é, por natureza, **tecnicamente indivisível**. O parcelamento, neste caso, é inviável, pois a solução consiste em bens móveis unitários que deverão ser entregues em sua totalidade por um único fornecedor para garantir a integridade do conjunto, a **garantia integral de fábrica** e a perfeita funcionalidade do veículo. Ademais, o baixo quantitativo impossibilita qualquer divisão que visasse economia de escala, sendo a licitação por item único a estratégia que melhor atende aos princípios da eficiência e da racionalidade administrativa.

11. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

11.1. A aquisição de veículos novos proporcionará benefícios diretos e indiretos ao Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais e Familiares - NAVeF do Ministério Público do Estado de Roraima, especialmente quanto ao aprimoramento das condições logísticas e operacionais necessárias à execução das atividades institucionais. Destacam-se os seguintes aspectos positivos:

11.1.1. **Continuidade e eficiência operacional:** O acréscimo da frota assegura maior disponibilidade dos veículos, possibilitando a continuidade eficaz do transporte de membros, servidores, documentos e equipamentos, bem como apoio logístico às operações e eventos institucionais, reduzindo interrupções operacionais por falta de veículos apropriados para eventos, diligências de toda ordem.

11.1.2. **Redução de custos com manutenção:** Veículos novos requerem manutenção menos frequente e menos onerosa, diminuindo os gastos operacionais e permitindo a melhor alocação dos recursos financeiros disponíveis.

11.1.3. **Segurança aprimorada:** Veículos novos, equipados com sistemas atualizados de segurança e dirigibilidade, contribuem para reduzir significativamente o risco de acidentes, proporcionando maior segurança aos membros, servidores e pedestres.

11.1.4. **Economia de combustível:** Veículos novos, com motores modernos e eficientes, garantem redução no consumo de combustível, otimizando despesas e contribuindo diretamente para a economia institucional.

11.1.5. **Redução do impacto ambiental:** Veículos mais modernos e eficientes emitem menos poluentes, estando alinhados às normas ambientais vigentes e contribuindo para práticas institucionais sustentáveis.

11.1.6. **Conformidade regulatória:** A aquisição de veículos novos garante o cumprimento das normas legais e regulatórias de trânsito, ambientais e de segurança vigentes, evitando sanções legais e assegurando total conformidade da frota.

11.1.7. **Melhoria da imagem institucional:** O acréscimo da frota reflete positivamente na imagem institucional, demonstrando compromisso com a gestão responsável dos recursos públicos e fortalecendo a percepção de eficiência e zelo pelo patrimônio público perante a sociedade. Ademais, o efetivo cumprimento da Resolução nº 243/2021 do Conselho Nacional do Ministério Público, a qual dispõe sobre a Política Institucional de Proteção Integral e de Promoção de Direitos e Apoio às Vítimas proporcionará maior engajamento institucional no tocante à temática.

11.2. Dessa forma, a aquisição proporcionará expressivos ganhos em termos de economicidade, eficiência e sustentabilidade, possibilitando uma gestão mais racional e eficaz dos recursos humanos, materiais e financeiros do Ministério Público do Estado de Roraima.

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

12.1. A solução escolhida, com base no levantamento de mercado anterior, exigirá a seguinte infraestrutura de apoio:

12.1.1. Estacionamento próprio coberto nas dependências do Edifício-Sede, o qual o MPRR dispõe com monitoramento ininterrupto por câmeras de segurança, controle de acesso e vigilância humana constante, desempenhando pela Assessoria de Segurança Institucional do MPRR e apoio da Diretoria Administrativa;

12.1.2. Prestação de serviços de administração e gerenciamento de combustíveis, cujo Contrato nº 64/2024 encontra-se em seu Primeiro Termo Aditivo, com vigência de 18/12/2025 a 18/12/2026, conforme Proc. SEI 19.26.1000000.0008444/2025-06;

12.1.3. Revisões de Garantia que poderão ser contratadas diretamente com o prestador autorizado, conforme permissivo legal disposto no art. 75, IV, "a" da Lei nº 14.133/2021, durante o período de garantia técnica (12 meses ou superior), quando essa condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;

12.1.4. Manutenções preventivas e corretivas por ocasião do término de vigência da garantia técnica dos veículos, cujo Contrato nº 62/2022 encontra-se em seu Quarto Termo Aditivo, com vigência de 14/11/2025 a 14/11/2026, conforme Proc. SEI 19.26.1000000.0006918/2025-77;

12.1.5. Prestação de serviços de lavagem, hidratação de bancos e tecidos e higienização dos veículos, cujo Contrato nº 60/2025 encontra-se vigente de 21/08/2025 a 21/08/2026, conforme Proc. SEI 19.26.1000000.0002362/2025-40;

12.1.6. Eventual reposição ou substituição de pneus cujas Atas de Registro de Preços nº 31/2025 e 32/2025 poderão atender, com vigência de de 2/10/2025 a 2/10/2026, conforme Proc. SEI 19.26.1000000.0006113/2025-23;

12.1.7. Prestação de serviços de rastreamento veicular via web, para acompanhamento, localização e imobilização automática de veículos, cujo Contrato nº 58/2025 encontra-se vigente de 24/07/2025 a 24/07/2026, conforme Proc. SEI 19.26.1000000.0005975/2025-39;

12.1.8. Prestação de serviços de seguro total para veículos, cujo Contrato nº 3/2026 encontra-se vigente de 02/03/2026 a 02/03/2027, conforme Proc. SEI 19.26.1000000.0005879/2025-91;

12.1.9. Motoristas hábeis e aptos a conduzir os veículos conforme condições, rotinas e percursos previamente definidos pelo Núcleo, totalizando 8 (oito) servidores atualmente;

12.1.10. Adesivagem dos veículos devendo constar, obrigatoriamente, a participação do Concedente dos recursos do Termo de Convênio nº 974873/2025 - SENAPPEN/MJSP em toda e qualquer ação, promocional ou não, ou aquisição de bens, obedecido o modelo-padrão estabelecido na Instrução Normativa SECOM-PR Nº 5, de 26 de fevereiro de 2024, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1. A aquisição de veículos motorizados gera impactos em todo o seu ciclo de vida, desde a extração da matéria-prima, fabricação, uso e descarte dos automóveis. Em que pese a citada dinâmica, neste Estudo o foco será em relação à utilização e manutenção das caminhonetes. Os principais impactos e medidas de mitigação identificados são:

13.1.1. **Emissões atmosféricas:** Emissão de Gases de Efeito Estufa (CO₂, CH₄) e poluentes locais (NOx, MP) pela queima de combustível.

Medida: Exigir motores com tecnologia PROCONVE L8 (ou superior).

13.1.2. **Geração de resíduos sólidos:** Descarte de óleos lubrificantes, filtros, pneus e baterias durante as manutenções preventivas.

Medida: Exigir que a contratada/oficina realize o descarte via logística reversa e apresente certificados de destinação final.

13.1.3. **Consumo de recursos:** Consumo de combustíveis fósseis não renováveis e água para lavagem.

Medida: Implementar diretrizes de condução econômica e prever lavagens a seco ou com reaproveitamento de água.

13.1.4. *Poluição sonora:* Ruído excessivo gerado pelo motor, especialmente em modelos a diesel ou em áreas urbanas.

Medida: Selecionar veículos que atendam aos limites de ruído do IBAMA/CONAMA.

13.2. Ressalte-se que as especificações técnicas das caminhonetes estão alinhadas com a redução dos possíveis impactos ambientais, em atendimento ao art. 11, IV, da Lei nº 14.133/2021 e Guia Nacional de Contratações Sustentáveis. Por outro lado, em que pese a combustão a diesel dos veículos representar significativo impacto ambiental, buscou-se considerar necessidade técnica (torque, acesso a áreas rurais) frente ao maior impacto ambiental comparado a modelos flex ou híbridos.

14. **CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

14.1. O objeto do presente Estudo apresenta as seguintes contratações correlatas (objetivos semelhantes ou complementares):

DESCRIÇÃO	PROCESSO SEI	PROVIDÊNCIAS
Abastecimento de combustível	19.26.1000000.0008444/2025-06	Disponibilização de 1 (um) cartão adicional para cada caminhonete, conforme item 3.4.1 do Termo de Referência - Anexo I do Pregão Eletrônico nº 90012/2024. Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 64/2024, vigente até 18/12/2026
Revisões (durante o período de garantia técnica)	a instaurar	Contratação Direta por Dispensa de Licitação. Fundamento: art. 75, IV, "a" da Lei nº 14.133/2021
Manutenções preventivas e corretivas (após término do período de garantia técnica)	19.26.1000000.0006918/2025-77	Inclusão dos veículos no calendário de revisões, conforme Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 62/2022, vigente até 14/11/2026, ou conforme futura contratação
Lavagem e higienização dos veículos	19.26.1000000.0002362/2025-40	Inclusão dos veículos no calendário de lavagem e higienizações, conforme Contrato nº 60/2025, vigente até 21/8/2026, ou conforme futura contratação
Substituição de pneus	19.26.1000000.0006113/2025-23	Saldo previsto na Ata de Registro de Preços nº 32/2025, originada no Pregão Eletrônico nº 90012/2025 - SRP
Rastreamento veicular	19.26.1000000.0005975/2025-39	Formalização de Termo Aditivo ao Contrato nº 58/2025 para inclusão das novas caminhonetes (vigente até 24/7/2025)
Seguro total dos veículos	19.26.1000000.0005879/2025-91	Inclusão de 2 (duas) caminhonetes ao Contrato nº 3/2026, vigente até 2/3/2027, conforme item 5.50 e seguintes do Termo de Referência - Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 90015/2025.
Adesivagem dos veículos	-	Possibilidade de pagamento de despesas com Suprimento de Fundos, conforme art. 2º, I, "c", da Resolução CPJ nº 007/2020 ou conforme conveniência da Administração

15. **DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

15.1. Com base nas análises realizadas nos tópicos anteriores, que abordaram a necessidade da Administração, a adequação da solução escolhida, a estimativa de custos, a pesquisa de mercado, a viabilidade técnica e legal, bem como a vantajosidade da contratação, conclui-se que a demanda em questão é:

(X) **VIÁVEL** pois a contratação demonstra-se adequada para atender à necessidade apresentada;

() **INVIÁVEL** pois a contratação demonstra-se inadequada ao presente momento.



Documento assinado eletronicamente por **RARISON DE OLIVEIRA FREITAS, Coordenador(a) Administrativo do NAVeF**, em 28/04/2026, às 15:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpr.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1050522** e o código CRC **CD78E868**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
Av. Santos Dumont, nº 710 - Bairro São Pedro - CEP 69306-680 - Boa Vista - RR - www.mprrr.mp.br

ANEXO II TERMO DE REFERÊNCIA

AQUISIÇÃO COM RECURSOS DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 974873/2025 - SENAPPEN/MJSP



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DE RORAIMA



DO LADO DO POVO BRASILEIRO

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de **2 (dois) veículos, tipo caminhonete**, para atender ao Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais e Familiares - NAVeF do Ministério Público do Estado de Roraima, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO (Anexo 1048600)	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	623694	Veículo novo, zero quilômetro, ano e modelo mínimo 2026/2026, tipo caminhonete (<i>pick-up</i>) cabine dupla, tração 4x4 reduzida, motor diesel turboalimentado, completo de fábrica, cor branca sólida e demais especificações constantes no Anexo - Especificações Técnicas (1125270).	und	2	R\$ 258.680,00	R\$ 517.360,00
VALOR TOTAL						R\$ 517.360,00

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, em virtude dos padrões de desempenho e qualidade poderem ser definidos objetivamente por meio de especificações usuais do mercado, conforme inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto Federal nº 10.818/2021.

1.4. Tratando-se de fornecimento não-contínuo, ou seja, cuja entrega de bens não representa uma demanda de caráter permanente, o prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Em abril de 2025, o Ministério Público do Estado de Roraima apresentou a Proposta de Convênio nº 220/2025 (doc. 1048612) para fins de financiamento do Programa Recomeçar - Rede de Cuidado, Orientação e Apoio às Vítimas de Crime do Ministério da Justiça e Segurança Pública, com o objetivo de implementar e estruturar o Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes e Ato Infracionais e Familiares no MPRR.

2.2. A implementação do Programa Recomeçar engendra por compreender que a efetivação da Justiça também perpassa pela atenção às vítimas diretas e dos seus familiares, pela ressignificação da dor e dos traumas, através do atendimento humanizado ofertado por servidores qualificados que articularão ao longo do percurso o acolhimento necessário para que as vítimas tenham acesso aos atendimentos básicos e encaminhamentos junto a rede de saúde e socioassistencial.

2.3. Nesse aspecto, no âmbito do Ministério Público do Estado de Roraima, é necessário reconhecer a importância de instituir uma política institucional, com a adoção de medidas destinadas a assegurar a atuação ministerial voltada ao acolhimento das vítimas de violência e à supressão da revitimização no âmbito institucional.

2.4. Ato contínuo, com a aprovação da Proposta, foi celebrado Termo de Convênio nº 974873/2025 (doc. 1048615) com a Secretaria Nacional de Políticas Penais - SENAPPEN/MJSP, com repasse de valores destinados exclusivamente à estruturação física e de pessoal do NAVeF.

2.5. Os recursos financeiros para a execução do objeto do Convênio perfazem o valor total de R\$ 1.776.406,76 (um milhão, setecentos e setenta e seis mil, quatrocentos e seis reais e setenta e seis centavos), sendo:

2.5.1. R\$ 1.774.630,35 (um milhão, setecentos e setenta e quatro mil seiscentos e trinta reais e trinta e cinco centavos) para contratação de pessoal (Recursos Humanos) e aquisição de bens e equipamentos;

2.5.2. R\$ 1.776,41 (um mil, setecentos e setenta e seis mil e quarenta e um reais) relativos à contrapartida do Conveniente.

2.6. Busca-se com a estruturação do NAVeF garantir o encaminhamento eficaz das vítimas aos órgãos da rede, de acordo com as suas competências, com o propósito de oferecer informações, orientações, proteção, assistência social, psicológica, jurídica e de saúde, bem como o ressarcimento, a participação, o acesso à justiça, a investigação da situação e a responsabilização dos autores do crime.

2.7. Nesse sentido, o presente documento busca assegurar a aquisição de 2 (dois) veículos, tipo caminhonete, com o objetivo de oferecer apoio às atividades finalísticas do Núcleo. Assim, a aquisição de frota própria é fundamental para a eficiência operacional, permitindo a execução direta de suas atividades e, principalmente, de forma independente à frota de veículos já pertencente ao MPRR. Isto porque a execução de atividades externas, transporte de equipes e eventual atendimento ao público externo propiciarão maior controle, disponibilidade imediata e adequação às necessidades específicas do Núcleo.

2.8. Ressalte-se, ainda, que em razão da natureza das atividades e abrangência geográfica, em Roraima, o atendimento às vítimas frequentemente exige deslocamento por estradas não pavimentadas ou áreas rurais. Veículos do tipo caminhonete são indispensáveis para garantir que o serviço chegue a todas as comarcas e localidades, independentemente das condições climáticas (período de chuvas). Assim, o transporte de servidores e, eventualmente, de vítimas e seus familiares em diligências requer veículos robustos que ofereçam maior segurança passiva e ativa em rodovias e estradas vicinais.

2.9. Por fim, acerca do quantitativo, as 2 (duas) caminhonetes permitirão que o Núcleo mantenha a operação mesmo quando um veículo estiver em revisão, manutenção preventiva ou em diligência de longa duração no interior do estado e, ainda, propiciará o atendimento simultâneo de duas ocorrências ou frentes de trabalho distintas, a exemplo de uma na Capital e outra no Interior.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A partir do levantamento de necessidades, observou-se que o Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes e Ato Infracionais e Familiares no MPRR, cuja criação formal decorre do Ato Normativo nº 002 - PGJ, de 23/11/2025 (doc. 1114598), não dispõe de estrutura física específica para o pleno exercício de suas atribuições. Conforme Ata de Reunião - NAVeF - nº 1068793/2025 (doc. 1114597), o espaço que atualmente destina-se à Biblioteca (Térreo do Edifício-Sede) acolherá as futuras instalações do Núcleo, com previsão de reforma para adequação e melhor conforto do público e servidores.

3.2. Desta feita, considerando que a atual frota de veículos pertencentes ao MPRR conta com 49 (quarenta e nove) veículos, dentre caminhonetes, carros de passeio, utilitários e uma van de passageiros, os quais possuem destinação específica como atender as Promotorias de Justiça do Interior, realização de

diligências pela Central de Mandados, diligências administrativas e transporte de Membros, resta inviável e inadequado desviar a finalidade desses veículos para atender também o Núcleo. Impende destacar, por outro lado, que ainda que se considerasse esta opção, nem todos os veículos atenderiam as demandas do NAVeF, especialmente em virtude da necessidade de automóveis mais robustos que possam atender diligências também no Interior do Estado de Roraima.

3.3. A aquisição de 2 (duas) caminhonetes exclusivas justifica-se pelo princípio da economicidade a longo prazo. Veículos com tração 4x4 e caçamba possuem a robustez necessária para o transporte de servidores, equipamentos e, eventualmente, vítimas e familiares sem comprometer a estrutura do veículo. Além disso, a exclusividade garante que o Núcleo mantenha sua autonomia operacional, evitando a ociosidade de equipes técnicas por falta de transporte compatível com a missão.

3.4. Ademais disso, verificou-se a inexistência de Ata de Registro de Preços e/ou Contrato vigente que possa atender o objeto. Em que pese a recente realização do Pregão Eletrônico nº 90018/2025 - SRP (Proc. SEI nº 19.26.1000000.0011537/2025-18) para aquisição de 2 (duas) caminhonetes e caminhão médio com baú, inevitavelmente não houve a previsão de bens excedentes que possibilitariam a inclusão da demanda objeto dos presentes autos, além das especificações técnicas dos veículos serem distintas.

3.5. A despeito disso, **a celebração do Termo de Convênio nº 974873/2025 (doc. 1048615) com a Secretaria Nacional de Políticas Penais - SENAPPEN/MJSP propiciará o repasse de valores oriundos do Orçamento da União destinados exclusivamente à estruturação física e de pessoal do NAVeF.** De tal maneira que para a aprovação da Proposta de Convênio foi apresentada Proposta Financeira com levantamento prévio para aquisição desses bens, conforme quantidades e especificações já aprovadas pelo Poder Concedente, as quais este MPRR encontra-se estritamente vinculado, conforme relação constante no documento 1048614.

3.6. Veja-se, portanto, que a solução proposta para atender a demanda do Ministério Público do Estado de Roraima pela aquisição de caminhonetes surge como a medida mais adequada e alinhada ao mercado, observando-se a legislação vigente, especificamente a Lei nº 14.133/2021. Portanto, este documento fundamenta-se nos princípios licitatórios e na busca pelo desenvolvimento nacional sustentável, conforme descrito na lei.

3.7. Desta forma, a citada compra para a estruturação e suporte operacional do NAVeF permitirá o uso eficiente desses recursos, oferecendo infraestrutura de apoio de excelência. O Anexo 1125270 que acompanha o ETP - Estudo Técnico Preliminar 1050522 detalha as especificações do item, garantindo assim que a solução atenda exatamente às necessidades funcionais e tecnológicas do MPRR.

3.8. Importa destacar que a presente contratação deverá observar os seguintes fatores limitadores:

3.8.1. *fator tempo*: o art. 52 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33/2023 define que os processos de contratações devem ser instaurados pelos órgãos e entidades públicas que receberem recursos da União em razão de convênios e contratos de repasse no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias, prorrogáveis;

3.8.2. *fator financeiro*: o Conveniente permanece vinculado, em razão do Convênio celebrado, aos limites financeiros impostos por ocasião da Proposta e Planos de Trabalho apresentados, cuja Proposta inicial (abril/2025) estabeleceu o valor de R\$ 459.326,66 (quatrocentos e cinquenta e nove mil, trezentos e vinte e seis reais e sessenta e seis centavos) para aquisição de 2 (duas) caminhonetes. Em que pese o preço total apresentado na Pesquisa de Preços 1125327 restar R\$ 58.033,34 (cinquenta e oito mil, trinta e três reais e trinta e quatro centavos) acima do estabelecido previamente no Projeto Básico do Convênio, em razão da disputa que se desenvolverá durante o certame licitatório, é possível que o valor homologado alcance ou fique abaixo do valor inicial.

a) Em razão disso, por determinação do art. 75 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33/2023, os recursos dos instrumentos de Convênio serão depositados, geridos e mantidos em **conta bancária específica** aberta em instituição financeira oficial, e somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do plano de trabalho ou para aplicação financeira. E, caso não se configure esta situação, ainda será possível celebrar eventual Termo Aditivo junto ao Concedente, conforme art. 1º, XII, do Decreto nº 11.531/2023 que dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União;

3.9. Por seu turno, considerando o ciclo de vida do objeto como a série de etapas que envolvem o desenvolvimento do produto, a obtenção de matérias-primas e insumos, o processo produtivo, o consumo e a disposição final, isto é, se é menos ou mais durável até a sua destinação final, verificam-se as seguintes fases:

3.9.1. Planejamento e análise técnica inicial: levantamento das necessidades dos veículos a serem utilizados pela futura equipe do Núcleo;

3.9.2. Operação e Manutenção: responsável por significativa parte dos custos. Compreende abastecimento de combustível, revisões (durante o período de garantia técnica), manutenções preventivas e corretivas (após término do período de garantia técnica), lavagem e higienização dos veículos, substituição de pneus, rastreamento veicular, seguro total dos veículos e adesivagem dos veículos (detalhamento no item 14 do ETP - Estudo Técnico Preliminar 1050522);

3.9.3. Utilização e desempenho: consistente no retorno que o veículo propiciará ao NAVeF, em termos de eficiência operacional e disponibilidade;

3.9.4. Descarte e alienação: ao final da vida útil do veículo o MPRR poderá realizar a alienação mediante leilão com retorno dos valores ao Erário ou doação a órgãos públicos, entidades filantrópicas ou organização sem fins lucrativos, especialmente com o intuito de fortalecer parcerias.

3.10. Os bens remanescentes adquiridos, produzidos ou transformados no âmbito do Convênio 974873/2025 serão de propriedade do Ministério Público do Estado de Roraima, observadas as disposições do Decreto nº 11.531, de 2023, e da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33 de 2023.

3.10.1. Consideram-se bens remanescentes os equipamentos e materiais permanentes adquiridos, produzidos ou transformados com recursos dos instrumentos necessários à consecução do objeto, mas que não se incorporam a este.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Emissões atmosféricas: exigência de motores com tecnologia PROCONVE L8 (ou superior);

4.1.2. Poluição sonora: os veículos deverão atender aos limites de ruído do IBAMA/CONAMA;

4.1.3. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes;

4.1.4. Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades realizadas;

4.1.5. Racionalização/economia no consumo de energia elétrica e água.

Da exigência de amostra

4.2. Não se aplica para a presente contratação

Subcontratação

4.2.1. Nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021, a Contratada poderá subcontratar o serviço de transporte logístico dos veículos (frete/caminhão cegonha) até o local de entrega da Contratante.

4.2.2. A subcontratação não exime a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais, permanecendo esta como única responsável perante a Administração pela qualidade do bem, prazos de entrega e eventuais danos ocorridos durante o transporte.

4.2.3. Caso opte pela subcontratação, a Contratada deverá apresentar à fiscalização do Contrato, antes do início do deslocamento dos veículos, os seguintes documentos da eventual subcontratada transportadora (art. 122, §1º da Lei nº 14.133/2021 e art. 13 da Lei nº 11.442/2007):

a) Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga - RNTRC expedido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT válido e em categoria compatível;

b) Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário de Carga (RCTR-C) vigente, acompanhada do respectivo comprovante de averbação da carga;

c) Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil por Desaparecimento de Carga (RC-DC) vigente.

Garantia da Contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A partir do recebimento da Nota de Empenho, a CONTRATADA terá o **prazo de até 60 (sessenta) dias corridos para realizar a entrega** dos bens em remessa única, prorrogáveis por igual período.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no Edifício-Sede do Ministério Público do Estado de Roraima, localizado na Avenida Santos Dumont, 710, São Pedro, Boa Vista - RR, CEP 69.306.680, em dia de expediente e

horário comercial, preferencialmente de 9h às 17h, sob a responsabilidade de servidor a ser informado posteriormente à Contratada.

5.4. Os custos gerados referentes as tentativas de entregas não agendadas previamente serão por conta da CONTRATADA.

5.5. Eventual mudança no endereço de entrega dos bens será informada prévia e oportunamente à CONTRATADA, sem que acarrete ônus ao CONTRATANTE;

5.6. Os materiais devem ser de qualidade idônea, sem quaisquer defeitos que venham a comprometer seu desempenho.

5.7. Em caso de desacordo com a qualidade integral do material a CONTRATADA será imediatamente acionada e terá um prazo de 30 (trinta) dias para providenciar o recolhimento e substituição dos veículos avariados.

5.7.1. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.8. Os custos da substituição do(s) objeto(s) rejeitado(s) correrão exclusivamente às expensas da CONTRATADA.

5.9. O prazo de garantia contratual das caminhonetes, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.9.1. As garantias que abrangem motor e câmbio contra defeito de montagem ou fabricação para seus componentes, não poderão ser inferior a 36 (trinta e seis) meses.

5.10. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.11. A garantia será prestada com objetivo de manter os veículos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.12. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.13. Os veículos ofertados deverão contar com serviços de assistência técnica autorizada, prestada por concessionárias credenciadas junto ao fabricante, na cidade de Boa Vista/RR.

6. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial

6.2. As comunicações entre o Ministério Público do Estado de Roraima e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. O Ministério Público do Estado de Roraima poderá convocar o representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Rotinas de fiscalização

6.4. O fiscal do contrato acompanhará o fornecimento dos bens, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.5. O fiscal anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.6. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.7. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.8. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios

redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.10. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, o que houver, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.11. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.12. Cabe ao gestor do contrato:

6.12.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.12.2. acompanhar os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.12.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.12.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.12.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.12.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.12.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.12.8. receber e dar encaminhamento imediato:

a) às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

b) à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Contratada que:

7.1.1. der causa à inexecução total ou parcial de qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

7.1.2. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

7.1.3. não celebrar o contrato ou deixar de entregar a documentação exigida dentro do prazo;

7.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

7.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

7.1.6. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

7.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

7.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

7.1.9. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

7.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta contratação, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

7.2.1. **Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

7.2.2. **Multa moratória de 0,5% (meio por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida;

7.2.3. **Multa compensatória de 10% (dez por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

a) Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

7.2.4. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 3 (três) anos, conforme § 4º, art. 156, Lei 14.133/21;

7.2.5. **Impedimento de licitar e contratar** no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos com o conseqüente descredenciamento no SICAF pelo prazo de mínimo 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, conforme § 5º, art. 156, Lei 14.133/21;

7.2.6. **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

7.3. As sanções previstas nos subitens 7.2.1, 7.2.4 e 7.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

7.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156, III e IV da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas ou profissionais que:

7.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

7.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

7.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

7.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

7.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Ministério Público do Estado de Roraima ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Estado e cobrados judicialmente.

7.7. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante/contratado, a Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

7.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

7.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo.

7.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

7.12. O processamento a que se refere o item 7.10 não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

7.13. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- 7.13.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 7.13.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 7.13.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 7.13.4. os danos que dela provierem para o Contratante;
- 7.13.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 7.14. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).
- 7.15. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 7.16. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 7.17. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).
- 7.18. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).
- 7.19. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO ACEITAÇÃO DO OBJETO

Recebimento do Objeto

- 8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigido no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.
- 8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.11.1. o prazo de validade;

8.11.2. a data da emissão;

8.11.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.11.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.11.5. o valor a pagar; e

8.11.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.17. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.19. O pagamento será efetuado no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

8.20. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

- 8.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 8.24. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 8.25. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

- 9.1. O fornecedor será selecionado por meio de procedimento licitatório, modalidade Pregão, forma Eletrônica, com critério de julgamento de menor preço, em virtude da conceituação de bens comuns, nos termos do art. 6º, XLI, da Lei nº 14.133/2021.

Forma de fornecimento

- 9.2. O fornecimento do objeto será integral.

Regularidade Complementar - Resolução nº 37/2009 - CNMP

- 9.3. Apresentar Declaração de que não dispõe em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos Membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de Servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da contratação deste MPRR.

10. **ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

- 10.1. A despesa de que trata a presente aquisição perfaz o valor total de **R\$ 517.360,00 (quinhentos e dezessete mil, trezentos e sessenta reais)**, conforme Pesquisa de Preços 1125327.
- 10.2. O método utilizado para obtenção do preço foi a **média** dos valores pesquisados **exclusivamente** em contratações similares realizadas pela Administração Pública, concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa, conforme permissivo legal disposto no art. 5º, II, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021 e Relatório de Cotação 1126189.

11. **ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, Termo de Convênio nº 974873/2025 (doc. 1048615) e conforme Informação de Disponibilidade Orçamentária deste MPRR a ser posteriormente juntada aos autos.

12. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 12.1. Nomear servidor da Administração especialmente designado para fiscalizar o fornecimentos dos bens;
- 12.2. Proporcionar todas as facilidades necessárias para que a CONTRATADA possa cumprir as condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 12.3. Receber e fiscalizar a entrega dos bens, bem como rejeitar no todo ou em parte o material entregue em desconformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência;
- 12.4. Prestar informações à CONTRATADA a respeito dos termos da contratação;
- 12.5. Comunicar à CONTRATADA sobre a ocorrência de qualquer irregularidade constatada na compra;
- 12.6. Efetuar o pagamento devido pela aquisição, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais;
- 12.7. Efetuar a retenção, na fonte, dos tributos descritos na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 2.145/2023, incidentes sobre os pagamentos que efetuarem à CONTRATADA.

- 12.7.1. No caso de prestação de serviços amparados por isenção, não incidência ou alíquota zero do imposto sobre a renda, na forma da legislação em vigor, a retenção do imposto será feita mediante aplicação

da alíquota a que se refere o art. 3º-A da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, que incidirá sobre os valores não abrangidos pela isenção, não incidência ou alíquota zero.

12.8. Aplicar à Contratada as sanções previstas em lei.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Realizar a entrega dos bens dentro do prazo, ficando sujeita às penalidades cabíveis no caso de atraso ou inexecução parcial ou total do objeto.

13.2. Substituir e/ou corrigir eventuais equívocos relacionados ao fornecimento do objeto em desacordo com as especificações deste Termo de Referência.

13.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor.

13.4. Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por ocasião da contratação;

13.5. Deverá manter sigilo, não reproduzindo, divulgando ou utilizando em benefício próprio, ou de terceiros, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE de que tomar conhecimento no fornecimento do objeto da contratação.

13.6. Fornecer os bens de acordo com as características contidas na Nota de Empenho/Contrato;

13.7. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Roraima ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

13.8. Realizar o destaque nas faturas/notas fiscais dos tributos descritos na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 2.145/2023, para fins de retenção, na fonte, pela CONTRATANTE, relativo ao objeto desta Contratação.

13.8.1. Para fins do disposto no § 2º do Art. 2º-A da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, caso a CONTRATADA seja amparada pela isenção, não incidência ou alíquota zero, deve informar o enquadramento legal do benefício na respectiva fatura/nota fiscal, sob pena de a retenção do imposto sobre a renda ser efetuada sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço;

13.9. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

13.10. Responsabilizar-se pela qualidade das caminhonetes fornecidas, inclusive a promoção de readaptações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto ajustado.

13.11. Permitir o livre acesso dos servidores do CONCEDENTE/Termo de Convênio nº 974873 (doc. 1048615) e dos órgãos de controle interno e externo da União, bem como dos funcionários da mandatária e do apoiador técnico, aos documentos e registros contábeis das empresas contratadas.

13.12. Inserir as informações e os documentos relativos à execução no Transferegov.br, caso solicitada.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

14.2. Em razão do objeto contratado integrar Plano de Trabalho firmado pelo Termo de Convênio nº 974873 (doc. 1048615) com a Secretaria Nacional de Políticas Penais - SENAPPEN/MJS, fica indicado o sistema [Fala.BR](#) como canal de comunicação efetivo, ao qual se dará ampla publicidade, para o recebimento de manifestações dos cidadãos relacionadas ao Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes e Ato Infracionais e Familiares no MPRR, possibilitando o registro de sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias.



Documento assinado eletronicamente por **RARISON DE OLIVEIRA FREITAS, Coordenador(a) Administrativo do NAVEF**, em 29/04/2026, às 15:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpr.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1126368** e o código CRC **1E6B6BDC**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DE RORAIMA

ANEXO Nº 1125270/2026

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS VEÍCULOS

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UND	QTD
1	623694	<p>Veículo novo, zero quilômetro, ano e modelo mínimo 2026/2026, tipo caminhonete (<i>pick-up</i>) cabine dupla, tração 4x4 reduzida, motor diesel turboalimentado, completo de fábrica, conforme especificações mínimas abaixo:</p> <p>a. Tipo: caminhonete <i>pick-up</i> cabine dupla, 4 (quatro) portas, capacidade mínima para 5 (cinco) ocupantes, zero-quilômetro, de primeiro emplacamento.</p> <p>b. Motorização: motor diesel turboalimentado, com potência mínima de 180 cv e torque mínimo de 40 kgfm, dotado de sistema de injeção eletrônica direta de combustível.</p> <p>c. Tração: 4x4 (tração integral nas quatro rodas) com reduzida, acionamento manual ou e eletrônico, conforme projeto do fabricante.</p> <p>d. Transmissão: automática, com no mínimo 6 (seis) marchas à frente.</p> <p>e. Direção: assistida hidráulica ou elétrica.</p> <p>f. Freios: sistema com ABS e EBD (distribuição eletrônica de frenagem) ou tecnologia equivalente.</p> <p>h. Suspensão: adequada ao transporte de carga e circulação em vias não pavimentadas.</p> <p>i. Pneus aro 17: de uso misto (asfalto/terra), com estepe idêntico aos demais.</p> <p>j. Capacidade de carga útil: compatível com a categoria média de caminhonetes cabine dupla (mínimo de 950 kg, conforme ficha técnica do fabricante).</p> <p>k. Tanque de combustível: capacidade mínima de 70 litros ou equivalente.</p> <p>l. Equipamentos obrigatórios e de conforto:</p> <p>l.1. Ar – condicionado;</p> <p>l.2. Direção assistida;</p> <p>l.3. Vidros, travas e retrovisores elétricos;</p> <p>l.4. Sistema multimídia com conectividade Bluetooth e entrada USB;</p> <p>l.5. Câmera de ré e/ou sensores de estacionamento;</p> <p>l.6. Airbags frontais (mínimo);</p> <p>l.7. Controle de estabilidade e tração;</p> <p>l.8. Assistente de partida em rampa (quando disponível na versão).</p> <p>m. Cor: branca sólida (padrão de fábrica).</p> <p>- Modelo/Marca de Referência: S10, L 200, Hillux ou Similar</p>	unidade	2

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UND	QTD
		<ul style="list-style-type: none"> - Garantia do veículo (de fábrica, podendo ser estendida/complementar pelo fornecedor) e serviço de manutenção dos veículos: De 12 (doze) meses ou superior, contados a partir da data de recebimento definitivo de cada veículo, abrangendo garantia técnica dos itens constantes do respectivo manual de garantia para manutenções preventivas durante o prazo de vigência. - Assistência técnica (serviço de manutenção preventiva ou corretiva do veículo): na cidade de Boa Vista - Estado de Roraima. O fabricante/montadora da marca, por meio de suas concessionárias e/ou representantes, legalmente estabelecidos ou constituídos, deverá possuir capacidade de prestar o serviço de assistência técnica (dentro do período de garantia ou não) para execução de manutenção, preventiva ou corretiva, previstos no manual de manutenção. - Os veículos deverão possuir também todos os equipamentos de série não especificados neste Anexo, mas que são exigidos pelo CONTRAN. - As caminhonetes devem estar em conformidade com o PROCONVE - Programa de Controle de Poluição de Ar por Veículos Automotores e atender aos preceitos regulamentares dos órgãos oficiais nacionais de trânsito, nos aspectos relacionados à iluminação, sinalização e segurança (Código Brasileiro de Trânsito, seu Regulamento e Resoluções). - Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV), em nome do MPRR, devidamente registrado no DETRAN/RR. - Comprovante de emplacamento e instalação de placas no padrão vigente. - Manual do proprietário e chave reserva. - Certificados de garantia do fabricante. 		



Documento assinado eletronicamente por **RARISON DE OLIVEIRA FREITAS, Coordenador(a) Administrativo do NAVeF**, em 28/04/2026, às 15:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpr.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1125270** e o código CRC **A719B8DC**.

Dados Bancários da pessoa jurídica:

Instituição bancária:

Agência:

Conta Corrente:

Dados pessoais do Preposto autorizado a assinar a Ata de Registro de Preços/Contrato:

Nome:

CPF:

Cargo na empresa:

Local e data

Assinatura do responsável legal/Procurador



Documento assinado eletronicamente por **ANA PAULA VERAS DE PAULA, Chefe de Divisão**, em 27/05/2026, às 09:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpr.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1140201** e o código CRC **5E5E469E**.



**MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DE RORAIMA**

ANEXO IV

MINUTA DA ATA DA REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____

A **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA**, situada na Avenida Santos Dumont, nº 710 – São Pedro, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o nº 84.012.533/0001-83, representada pelo Procurador-Geral de Justiça, **FÁBIO BASTOS STICA**, nomeado pelo Decreto nº 72-P, de 5 de fevereiro de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado de Roraima nº 4860, de 5 de fevereiro de 2025, com fulcro na Lei nº 14.133/2021, Instrução Normativa nº 73/2022 SEGES/ME, Decreto Federal nº 11.462/2023 e Decreto Estadual nº 37.424-E/2025, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 90003/2026 – SRP (Processo Administrativo SEI nº 19.26.110001194.0000002/2025-81), **RESOLVE** registrar os valores ofertados pelo Fornecedor Beneficiário, a empresa (Inserir link dos documentos de habilitação), inscrita sob o CNPJ nº _____, representada pelo(a) Senhor(a) _____, conforme atos constitutivos da empresa e/ou Procuração apresentada nos autos.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto a **aquisição de 2 (dois) veículos, tipo caminhonete**, para o Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais e Familiares - NAVeF do Ministério Público do Estado de Roraima.

1.2. O fornecedor está vinculado, independentemente de transcrição, às regras constantes no PE nº 90003/2026 - SRP, Termo de Referência e Proposta Comercial apresentada pelo Fornecedor.

1.3. O objeto será executado em conformidade com o que segue:

ITEM						
ITEM	DESCRIÇÃO (demais especificações no Termo de Referência)	QTD	UND	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	MARCA/MODELO
1	Caminhonete 4x4 automática	2	und	R\$	R\$	
VALOR TOTAL DO ITEM - R\$						

2. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE

2.1. O órgão gerenciador será a Procuradoria-Geral de Justiça / Ministério Público do Estado de Roraima.

2.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

3. DO VALOR REGISTRADO

3.1. A despesa com a eventual contratação de que trata o objeto perfaz o valor de **R\$ _____**, destinado a aquisição dos veículos, conforme descrito no item 1.3 deste documento.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não serão admitidas adesões à Ata de Registro de Preços, por inexistência de previsão pelo Setor Demandante e idealizador do Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência (Acórdão nº 2822/2021 - Plenário TCU).

5. DA VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade desta Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado, independentemente da existência de saldo em relação aos itens que a compõe, conforme §§1º e 2º do art. 23 do Decreto Estadual nº 37.424-E, de 19/3/2025, desde que:

- a) seja comprovada a manutenção do preço vantajoso;
- b) haja previsão expressa no ato convocatório e na Ata de Registro de Preços; e
- c) a prorrogação da Ata de Registro de Preços seja celebrada por termo aditivo dentro do prazo de sua vigência.

5.1.2. O contrato decorrente desta Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com o(s) fornecedor(es) registrado(s) na Ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.3. O instrumento contratual de que trata o item 5.2 deverá ser assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

5.4. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Estadual nº 37.424-E, de 19 de março de 2025.

5.5. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da Ata de Registro de Preços:

5.5.1. Serão registrados na Ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.5.2. Será incluído na Ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

- a) Aceitarem cotar com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- b) Mantiverem sua proposta original.

5.5.3. Será respeitada a ordem de classificação dos licitantes registrados na Ata.

5.6. O registro a que se refere o item 5.5.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da Ata.

5.7. Nos termos do art. 18 do Decreto nº 11.462/2023 c/c art. 18, inciso II, Decreto Estadual nº 37.424-E/2025, serão incluídos na presente Ata, em forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os preços iguais aos do licitante vencedor ou que mantiverem sua proposta original, na sequência da classificação do certame, que mantiverem sua proposta original e na ordem de classificação dos licitantes registrados na Ata, os quais integrarão cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado na Ata de Registro de Preços e quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 5º da lei 14.133/2021.

5.8. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.7. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.8.1. Quando o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições estabelecidos neste edital; e

5.8.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

5.9. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no DEMPRR, em forma de extrato, e ficará disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

5.10. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.10.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10.2. A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no SEI.

5.11. Quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.8 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.5.2 "a", aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. DO REAJUSTE, ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado, em **28/4/2026**.

6.2. Após o interregno de um ano e, independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA**, pela coluna "acumulado nos últimos 12 meses", exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo

6.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.5. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.5.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.5.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.6. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o gestor da ARP convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gestor convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará

os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o gestor procederá com o cancelamento da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ARP, será facultado ao fornecedor requerer ao gestor a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido a existência de fato pelo gestor e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na Ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do subitem anterior, o gestor convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.8.

7.3.1. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão procederá com o cancelamento da ARP, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.4. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e 7.2.1, o órgão atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.5. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando:

8.1.1. O fornecedor descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023 c/c art. 29, inciso III, Decreto Estadual nº 37.424-E/2025; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

a) Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, poderá o órgão, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1. será formalizado por despacho da Administração, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.3.1. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo órgão, em determinada Ata de Registro de Preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.3.2. Por razão de interesse público;

8.3.3. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.3.4. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023 c/c

9. **DAS PENALIDADES**

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a Ata.

9.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta Ata de Registro de Preços (art. 7º, inciso XIV, do Decreto nº 11.462/2023 c/c art. 6º, XI, Decreto Estadual nº 37.424-E/2025), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462/2023 c/c art. 6º, XII, Decreto Estadual nº 37.424-E/2025).

10. **CONDIÇÕES GERAIS**

10.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos de execução e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidas no Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e Instrumento Contratual.

10.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 125 da Lei nº 14.133/21, nos termos do art. 23 do Decreto nº 14.462/23 c/c art. 24, Decreto Estadual nº 37.424-E/2025.

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº __/__

CADASTRO RESERVA (art. 18 do Decreto nº 11.462/2023)					
CLASSIFICAÇÃO	EMPRESA	QTD	UND	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL



Documento assinado eletronicamente por **ANA PAULA VERAS DE PAULA, Chefe de Divisão**, em 27/05/2026, às 09:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprp.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1140203** e o código CRC **417BFD01**.



**MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DE RORAIMA**

ANEXO V

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

**TERMO DE CONTRATO Nº ___/___ QUE ENTRE SI
CELEBRAM A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DE RORAIMA E A EMPRESA
_____, PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA
O NAVEF/MPPR.**

A **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA**, neste ato denominada **CONTRATANTE**, com sede na Av. Santos Dumont, nº 710, São Pedro – Boa Vista/RR, inscrita no CNPJ sob o nº 84.012.533/0001-83, representada pelo Procurador-Geral de Justiça, **FÁBIO BASTOS STICA**, nomeado pelo Decreto nº 72-P, de 5 de fevereiro de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado de Roraima nº 4860, de 5 de fevereiro de 2025, e de outro lado, a empresa (Inserir link dos documentos de habilitação), inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida no endereço _____, neste ato denominada **CONTRATADA**, representada pelo(a) Senhor(a) _____, conforme atos constitutivos da empresa e/ou Procuração apresentada nos autos, resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais legislação aplicável, instruído pelo Processo Administrativo SEI nº 19.26.110001194.0000002/2025-81, originado no Pregão Eletrônico nº 90003/2026 - SRP, mediante as cláusulas e condições que seguem:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. **Aquisição de veículos, tipo caminhonete**, para o Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais e Familiares - NAVEF do Ministério Público do Estado de Roraima, conforme o seguinte descritivo:

ITEM	DESCRIÇÃO (demais especificações no Termo de Referência)	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	MARCA/MODELO

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Termo de Referência e seus Anexos;
- 1.2.2. A Proposta da Contratada;
- 1.2.3. A Ata de Registro de Preços;
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial

3.2. As comunicações entre o Ministério Público do Estado de Roraima e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.3. O Ministério Público do Estado de Roraima poderá convocar o representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

3.4. O fiscal do contrato acompanhará o fornecimento dos bens, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

3.5. O fiscal anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

3.6. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

3.7. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

3.8. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

3.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

3.10. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, o que houver, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

3.11. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

3.12. Cabe ao gestor do contrato:

3.12.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

3.12.2. acompanhar os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

3.12.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

3.12.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

3.12.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

3.12.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

3.12.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

3.12.8. receber e dar encaminhamento imediato:

a) às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

b) à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

4. **CLÁUSULA QUARTA - DA SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021, a Contratada poderá subcontratar o serviço de transporte logístico dos veículos (frete/caminhão cegonha) até o local de entrega da Contratante.

4.2. A subcontratação não exime a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais, permanecendo esta como única responsável perante a Administração pela qualidade do bem, prazos de entrega e eventuais danos ocorridos durante o transporte.

4.3. Caso opte pela subcontratação, a Contratada deverá apresentar à fiscalização do Contrato, antes do início do deslocamento dos veículos, os seguintes documentos da eventual subcontratada transportadora (art. 122, §1º da Lei nº 14.133/2021 e art. 13 da Lei nº 11.442/2007):

4.3.1. a) Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga - RNTRC expedido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT válido e em categoria compatível;

4.3.2. b) Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário de Carga (RCTR-C) vigente, acompanhada do respectivo comprovante de averbação da carga;

4.3.3. c) Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil por Desaparecimento de Carga (RC-DC) vigente.

4.4. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação.

4.5. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.5.1. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.6. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

5. **CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO**

5.1. O valor global da presente contratação perfaz a importância de **R\$ _____ (valor por extenso)**, conforme especificado no item 1.1 do presente instrumento contratual.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. As despesas decorrentes da presente contratação deverão ser empenhadas na Classificação Funcional Programática 03091004.2182, Categoria Econômica e Elemento de Despesa 449052 (Termo de Convênio nº 974873/2025), Subelemento 52, Fonte 1700.0000, onde existem recursos orçamentários disponíveis.

6. **CLÁUSULA SEXTA - DA ENTREGA, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

6.1. O fornecedor disporá do prazo de **até 60 (sessenta) dias corridos**, contados do recebimento da Nota de Empenho para entrega dos veículos, nos termos do art. 6º, inciso X da Lei nº 14.133/2021. Este prazo poderá ser prorrogado a critério da Administração, cujo pedido deve ser tempestivo (protocolado dentro do prazo original para entrega) e devidamente justificado (instruído) pela CONTRATADA.

- 6.2. O pedido de prorrogação deverá ser interposto antes de findo o prazo de entrega do objeto, sob pena de indeferimento sumário.
- 6.3. Atrasos decorrentes da logística de transporte não constituem justificativa para a prorrogação de prazo, por constituírem risco do negócio, salvo comprovação contemporânea de caso fortuito ou força maior.
- 6.4. O transporte do produto (tanto para a entrega quanto para a devolução em caso de garantia) até o Ministério Público de Roraima, deverá ser realizado pela empresa Contratada ou Subcontratada (inclusive os procedimentos de seguro, embalagem e transporte até o local especificado).
- 6.5. Os bens deverão ser entregues no Edifício-Sede do Ministério Público do Estado de Roraima, localizado na Avenida Santos Dumont, 710, São Pedro, Boa Vista - RR, CEP 69.306.680, em dia de expediente e horário comercial, preferencialmente de 9h às 17h, sob a responsabilidade de servidor a ser informado posteriormente à Contratada.
- 6.6. Os custos gerados referentes as tentativas de entregas não agendadas previamente, serão por conta da CONTRATADA.
- 6.7. Eventual mudança no endereço de entrega dos materiais será informada prévia e oportunamente à CONTRATADA, sem que acarrete ônus ao CONTRATANTE.
- 6.8. O recebimento dos itens que compõem o objeto deste Contrato será realizado por fiscal nomeado para o feito, e se dará nas seguintes condições:
- 6.8.1. O **recebimento provisório** do objeto, para efeitos de posterior verificação da sua conformidade, será realizado pelo fiscal no ato da entrega, via recibo;
- 6.8.2. O **recebimento definitivo** do objeto será realizado mediante termo circunstanciado, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 6.9. Caso satisfatória as verificações acima, lavrar-se-á Termo circunstanciado de Recebimento Definitivo, que poderá ser suprido pelo ateste do fiscal responsável na nota fiscal correspondente ao pagamento.
- 6.10. No caso das verificações serem insatisfatórias, lavrar-se-á Termo de Recusa e Devolução, no qual se consignarão as desconformidades com as especificações contidas no Termo de Referência, Nesta hipótese, o(s) objeto(s) será(ão) rejeitado(s), devendo ser substituído(s).
- 6.11. Os custos da substituição do(s) objeto(s) rejeitado(s) correrão exclusivamente às expensas da CONTRATADA.
- 6.12. Caso sejam verificados pelo Ministério Público de Roraima quaisquer problemas no produto fornecido, considerando todas as exigências, a empresa CONTRATADA será notificada para proceder à devida regularização, que deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação (que poderá ser feita por e-mail). Após este prazo, caso permaneça o problema, o produto será considerado "não aceito" e serão aplicadas as penalidades devidas.
- 6.13. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 6.14. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.
- 6.15. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.17. O gestor e o fiscal técnico do Termo de Contrato serão designados pela Diretoria Geral.
- 6.18. O fiscal técnico será designado de acordo com a indicação da Diretoria-Geral.
- 6.19. As comunicações durante a execução contratual serão realizadas através de ofício, correspondência eletrônica ou aplicativo de mensagens e serão expedidas pelo fiscal do contrato, através do endereço eletrônico **navef@mpr.mp.br**.
- 6.20. A CONTRATANTE reserva-se ao direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude da responsabilidade da CONTRATADA, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o fornecimento do

objeto por intermédio da fiscalização contratual.

6.20.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.21. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.21.1. Proporcionar as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;

6.21.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Contrato;

6.21.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimentos;

6.21.4. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.21.5. Providenciar o envio dos documentos para fins de pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Contrato;

6.21.6. Realizar os procedimentos necessários para aplicação de sanções, conforme previsto no Termo de Referência e Contrato, caso necessário;

6.21.7. Prestar todas as informações e esclarecimentos pertinentes ao objeto do contrato, que venham a ser solicitadas pela CONTRATADA.

6.22. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato/objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1. **O pagamento será efetuado no prazo de até 5 (cinco) dias úteis**, após o recebimento da Nota Fiscal/Fatura pelo responsável pelo acompanhamento do objeto.

7.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

7.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária vigente.

7.4. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

7.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.8. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.9. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

7.10. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.11. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras.

7.12. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

7.13. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Termo de Referência.

- 7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 7.15. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 7.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.17. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 7.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 7.19. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 7.20. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP, \text{ em que:}$$

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = i/365 \quad I = 6/100/365 \quad I = 0,00016438$$

i = taxa percentual anual no valor de 6%.

8. CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE

- 8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado, em **28/4/2026**.
- 8.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA**, mantido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 8.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 8.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 8.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 8.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. São obrigações do Contratante:

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com Contrato e seus anexos.

9.1.2. Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas no Termo de Referência, comunicando à CONTRATADA, por escrito, os vícios, os defeitos ou as incorreções verificadas no objeto quando da análise para recebimento, a fim de que seja substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às expensas da CONTRATADA.

9.1.3. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA.

9.1.4. Prestar à CONTRATADA, em tempo hábil, as informações e os esclarecimentos eventualmente necessários ao fornecimento do material.

9.1.5. Decidir expressamente sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução deste ajuste.

a) A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.1.6. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

9.1.7. Efetuar o pagamento, à CONTRATADA, do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, na forma e nas condições estabelecidas neste Contrato e no Termo de Referência.

9.1.8. Aplicar à CONTRATADA, quando for o caso, as sanções previstas nas leis e normativas vigentes.

9.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Contratante para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

9.1.10. Efetuar a retenção, na fonte, dos tributos descritos na Instrução Normativa RFB nº 1234/2012, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 2.145/2023, incidentes sobre os pagamentos que efetuarem à CONTRATADA em razão da aquisição das licenças objeto deste Contrato.

a) No caso de prestação de serviços amparados por isenção, não incidência ou alíquota zero do imposto sobre a renda, na forma da legislação em vigor, a retenção do imposto será feita mediante aplicação da alíquota a que se refere o art. 3º-A da Instrução Normativa RFB nº 2.145/2023, que incidirá sobre os valores não abrangidos pela isenção, não incidência ou alíquota zero.

9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

10.1. O CONTRATADO deve observar as seguintes obrigações, sem prejuízo de outras legalmente previstas:

10.1.1. Atender, nas condições e nos prazos estabelecidos, aos requerimentos e às determinações regulares emitidos pelo responsável designado para gerir, acompanhar e fiscalizar a execução contratual ou pela autoridade superior, bem como atender tempestivamente às solicitações de diligências para a regular gestão do contrato.

10.1.2. Realizar a entrega dos produtos dentro do prazo, ficando sujeita às penalidades cabíveis no caso de atraso ou inexecução parcial ou total do objeto.

10.1.3. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

10.1.4. Substituir o produto em desacordo com as especificações contidas no Termo de Referência ou que venham a ser entregues com defeitos ou imperfeições.

10.1.5. Manter sigilo, não reproduzindo, divulgando ou utilizando em benefício próprio, ou de terceiros, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE de que tomar conhecimento no fornecimento do objeto da contratação.

10.1.6. Manter, durante o período de vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

10.1.7. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE, atendendo prontamente a quaisquer reclamações.

10.1.8. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saudá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

10.1.9. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionados à execução do objeto, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência.

10.1.10. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#)).

10.1.11. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

10.1.12. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.1.13. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

10.1.14. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

10.1.15. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.1.16. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

10.1.17. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

10.1.18. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.1.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

10.1.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

10.1.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.1.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

10.1.23. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados.

10.1.24. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

- 10.1.25. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados.
- 10.1.26. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente.
- 10.1.27. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008.
- 10.1.28. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.
- 10.1.29. Responsabilizar-se pela qualidade das caminhonetes fornecidas, inclusive a promoção de readaptações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto ajustado.
- 10.1.30. Permitir o livre acesso dos servidores do CONCEDENTE/Termo de Convênio nº 974873 e dos órgãos de controle interno e externo da União, bem como dos funcionários da mandatária e do apoiador técnico, aos documentos e registros contábeis das empresas contratadas.
- 10.1.31. Inserir as informações e os documentos relativos à execução no Transferegov.br, caso solicitada.
- 10.1.32. Realizar o destaque nas faturas/notas fiscais dos tributos descritos na Instrução Normativa RFB nº 1234/2012, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 2.145/2023, para fins de retenção, na fonte, pela CONTRATANTE, relativa ao fornecimento das licenças objeto deste Contrato.
- a) Para fins do disposto no § 2º da Instrução Normativa RFB nº 2.145/2023, caso a CONTRATADA seja amparada pela isenção, não incidência ou alíquota zero, deve informar o enquadramento legal do benefício na respectiva fatura/nota fiscal, sob pena de a retenção do imposto sobre a renda ser efetuada sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Contratada que:
- 11.1.1. der causa à inexecução total ou parcial de qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 11.1.2. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 11.1.3. não celebrar o contrato ou deixar de entregar a documentação exigida dentro do prazo;
- 11.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 11.1.6. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 11.1.9. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).
- 11.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta contratação, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 11.2.1. **Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 11.2.2. **Multa moratória de 0,5% (meio por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida;
- 11.2.3. **Multa compensatória de 10% (dez por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- a) Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 11.2.4. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 3 (três) anos, conforme § 4º, art. 156, Lei 14.133/21;
- 11.2.5. **Impedimento de licitar e contratar** no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos com o conseqüente descredenciamento no SICAF pelo prazo de mínimo 3 (três) anos e

máximo de 6 (seis) anos, conforme § 5º, art. 156, Lei 14.133/21;

11.2.6. **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

11.3. As sanções previstas nos subitens 11.2.1, 11.2.4 e 11.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

11.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156, III e IV da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas ou profissionais que:

11.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

11.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

11.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

11.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Ministério Público do Estado de Roraima ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Estado e cobrados judicialmente.

11.7. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante/contratado, a Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

11.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo.

11.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

11.12. O processamento a que se refere o item 7.10 não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

11.13. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

11.13.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.13.2. as peculiaridades do caso concreto;

11.13.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.13.4. os danos que dela provierem para o Contratante;

11.13.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.14. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

11.15. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em

todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.16. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.17. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.18. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

11.19. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

12.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

12.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

12.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

a) Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3. Indenizações e multas.

12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.7. O CONTRATANTE poderá ainda:

12.8. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

12.9. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

12.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que a contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021 e Resolução nº 37/2009 do CNMP).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#) e demais normas e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) (quando aplicável) e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no Diário Eletrônico do Ministério Público de Roraima, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#).

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1. Fica eleito pelas partes o Foro de Boa Vista – Estado de Roraima para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente contrato, com renúncia de qualquer outro.



Documento assinado eletronicamente por **ANA PAULA VERAS DE PAULA, Chefe de Divisão**, em 27/05/2026, às 09:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprrr.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1140206** e o código CRC **09E2E755**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DE RORAIMA

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE

RESOLUÇÃO CNMP Nº 37/2009

EMPRESA/CNPJ:
DECLARANTE:
CARGO:

Orientações para preenchimento:

- A vedação não se aplica às hipóteses nas quais a contratação seja realizada por ramo do Ministério Público diverso daquele ao qual pertence o Membro ou Servidor gerador da incompatibilidade;
- A vedação se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os Membros e Servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização.

DECLARO, nos termos do art. 3º da Resolução nº 37/2009, do Conselho Nacional do Ministério Público, para fins do Pregão Eletrônico nº 90003/2026 - SRP (Proc. SEI nº 19.26.110001194.0000002/2025-81) realizado pelo Ministério Público do Estado de Roraima que:

() os sócios desta empresa **NÃO** são cônjuges, companheiros(as) ou parentes, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação do Ministério Público do Estado de Roraima;

() os sócios desta empresa são cônjuges, companheiros(as) ou parentes, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação do Ministério Público do Estado de Roraima.

Nome do Membro ou Servidor:
Cargo:
Órgão de Lotação:
Grau de Parentesco:

A contratação de empresa pertencente a parente de Membro ou Servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo órgão do Ministério Público competente, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório.

Por ser verdade, firmo a presente, sob as penas da lei.

(Assinatura do Representante Legal da Empresa)



Documento assinado eletronicamente por **ANA PAULA VERAS DE PAULA, Chefe de Divisão**, em 27/05/2026, às 09:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpr.ror.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1140208** e o código CRC **4E0FC2D6**.



**MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DE RORAIMA**

**ANEXO VII
INFORMATIVO**

Senhores licitantes,

Com o objetivo de melhor auxiliá-los na formulação das propostas, informa-se a localização geográfica do Estado de Roraima e da Capital Boa Vista, pertinente a este certame:



Boa Vista

* Situado na Região Norte do país, Roraima é o Estado mais setentrional do Brasil e faz fronteira com a Venezuela (norte e noroeste), Guiana (leste), Pará (sudeste) e Amazonas (sul e oeste). Os principais meios de acesso são aéreo, fluvial e terrestre.



Documento assinado eletronicamente por **ANA PAULA VERAS DE PAULA, Chefe de Divisão**, em 27/05/2026, às 09:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpr.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1140211** e o código CRC **20462DA7**.